

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2026

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 15h.

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2025.

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprove as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025, bem como, após a devida análise, aprove as matérias contidas nos documentos aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Telebras, encontram-se disponíveis no site da Telebras, em: <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracoes-financeiras-e-relatorio-da-administracao/>

2. Proposta da Administração para destinação do resultado:

A Administração da Telebras propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31.12.2025, nos termos abaixo detalhados nesta proposta.

3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

A Administração da Telebras aprovou e submete à deliberação dos acionistas a fixação da remuneração total global dos administradores da Telebras para o período de abril de 2026 a março de 2027, fixado em R\$ 6.631.913,31 (seis milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e treze reais e trinta e um centavos) com reajuste das rubricas.

4. Eleição de membros do Conselho de Administração;

5. Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal.

Brasília-DF, 18 de março de 2026

Júlio Francisco Semeghini Neto
Presidente do Conselho de Administração da Telebras
Representante do Ministério das Comunicações (MCom)

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2025:

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2025, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores situada no SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP: 70610-440, Os citados documentos também se encontram disponíveis nos sites: <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracoes-financeiras-e-relatorio-da-administracao/> e <https://sistemas.cvm.gov.br/>

Anexo a esta Proposta, está o comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência, em atendimento ao art. 10, inciso III, da Instrução CVM nº 81/22.

As Demonstrações Financeiras completas podem ser obtidas no site <https://www.telebras.com.br/investidores/demonstracoes-financeiras-e-relatorio-da-administracao/>.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado

A Administração da Companhia propõe à Assembleia que a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no valor de R\$ 140.504.336,83 (cento e quarenta milhões quinhentos e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Conforme decisão do Colegiado da CVM, de 27.09.2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não são obrigadas a apresentar as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22.

Portanto, em função da apuração de prejuízo no exercício, o Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022 não será apresentado.

3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

A Proposta de Remuneração global anual fixa e variável dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria para o período compreendido entre a data da Assembleia Geral Ordinária 2025 e a data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026 é de R\$ 6.631.913,31 (seis milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e treze reais e trinta e um centavos).

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Nos termos do inciso II do artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022, as informações constantes do item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, serão apresentadas a seguir:

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES - ITEM 8 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Diretor-Presidente e de 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes.

Ademais, a Telebras possui Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 (três) membros, sendo dois deles independentes e o terceiro membro pertencente ao Conselho de Administração e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração composto por 3 (três) membros não remunerados.

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação de regência. A Telebras elabora proposta que é remetida ao Ministério Supervisor para apreciação e encaminhamento à SEST, com o objetivo de subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas. A proposta de remuneração para o exercício financeiro 2025/2026 foi aprovada na 53ª Assembleia Geral Ordinária. Não há na Companhia política de remuneração formalmente aprovada.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão.
Todos avaliam a proposta elaborada pela empresa, autorizando ou não seu seguimento para o Ministério das Comunicações.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é proposta com base nas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais - SEST/MGI e quando possível, a companhia foca na reposição da perda pela inflação do período. O rol de rubricas que compõem a remuneração é previamente autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST. Os estudos realizados buscam comparar, em especial, os benefícios ofertados com aqueles ofertados na Administração Direta Federal e aos próprios empregados da Companhia.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente, da maneira que entender necessária, como, por exemplo, elaboração de estudos comparativos acima mencionados.

- c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
 - sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
 - sua metodologia de cálculo e de reajuste
 - principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG
- Honorários: retribuição mensal;
 - Gratificação Natalina: honorário concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;
 - Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 (um terço) do honorário a

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março, ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo, evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

- Remuneração Compensatória (Quarentena): valor correspondente a 6 (seis) retribuições mensais de honorário de dirigente, conforme previsto no inciso II, art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.
- Ajuda de Custo: é a importância para indenizar despesas de viagem, mudança e outros gastos não previstos nos itens 5.3 e 5.3.1 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem.
- Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição é utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;
- Auxílio Moradia ou Passagens Aéreas de Ida e Volta à Localidade de Origem: parcela indenizatória, similar àquela ofertada aos Secretários Executivos ministeriais, quando na forma de Auxílio Moradia. Pode ser paga, desde que optado pelo Dirigente, na forma de passagens aéreas de ida e volta à localidade de origem. Visa o descanso e manutenção do convívio e vínculos familiares, protegendo a saúde mental do Dirigente
- Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a reembolso parcial ou total do valor do prêmio de seguro de vida, caso o dirigente opte pela adesão ao benefício;
- Plano de Saúde: parcela destinada a reembolso parcial ou total de despesas para custeio de plano de saúde privado, contrato à escolha do dirigente;
- Previdência Complementar: parcela fixa mensal destinada ao pagamento da parcela da patrocinadora de contribuição para plano de previdência privada complementar do Dirigente;

A remuneração dos Dirigentes e Conselheiros se alinha aos interesses da TELEBRAS na medida em que preserva lógica hierárquica na empresa e contribui para a atuação de Dirigentes e Conselheiros livre de conflito de interesses.

A proporção na remuneração nos 3 (três) últimos exercícios sociais é apresentada na tabela a seguir:

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	2025	2024	2023
	%	%	%
Honorários	56,82	62,40	67,33
Remuneração Variável	5,05	3,50	
Gratificação Natalina	4,66	7,03	3,22
Adicional de Férias	1,45	1,73	5,78
Remuneração Compensatória (Quarentena)	6,47	0,00	0,00

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Indenização de Transferência (diretriz 243)	1,69	0,52	2,49
Auxílio Alimentação	1,18	1,54	1,52
Auxílio Moradia	3,81	3,90	0,62
Seguro de Vida em Grupo	0,01	0,00	0,00
Plano de Saúde	1,98	2,13	0,65
Previdência Privada	0,00	0,43	1,39
Honorários do Conselho de Administração	9,81	9,60	8,51
Previdência Privada	0,00	0,03	0,06
Honorários do Conselho Fiscal	7,07	7,17	8,44

Não há indicadores de desempenho e indicadores ligados a questões ASG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração é composta por parcelas fixas, benefícios e, quando aplicável, componentes variáveis, de modo a proporcionar previsibilidade remuneratória, incentivar o cumprimento de metas institucionais e garantir compatibilidade com as práticas de mercado e com as diretrizes aplicáveis às empresas estatais.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - ii. benefícios pós-emprego
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração máxima prevista para o Exercício Social de 2026 - Valores Anuais (R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	5	5	18
Nº de membros remunerados	7	5	5	17
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	445.173,12	2.568.304,68	278.233,20	3.291.711,00
Benefícios direto e indireto	-	1.813.431,33		1.813.431,33
Participações em comitês	-	-		-
Outros	-	1.284.152,34		-
Descrição de outras remunerações fixas	-	Valores pagos a título de quarentena		-
Remuneração variável	-			-
Bônus	-	339.922,56		-
Participação de resultados				-
Participação em reuniões				-
Comissões				-

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Outros				-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação				
Nº total de membros		5		
Nº de membros remunerados		0		
Remuneração fixa anual		-		
Salário ou pró-labore		-		-
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				
TOTAL	445.173,12	6.005.810,91	278.233,20	6.729.217,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	5	5	18
Nº de membros remunerados	7	5	5	17
Remuneração fixa anual		-		
Salário ou pró-labore	368.330,42	R\$ 2.132.637,27	265.364,60	2.766.332,29
Benefícios direto e indireto	-	554.456,31	-	554.456,31
Participações em comitês		-		
Outros		-		
Descrição de outras remunerações fixas		Valores pagos a título de quarentena		
Remuneração variável				
Bônus		189.440,96		
Participação de resultados				-
Participação em reuniões		-		
Comissões		-		
Outros		-		
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego				

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Cessação do cargo		-		
Baseada em ações (incluindo opções)		-		
Observação				
Nº total de membros		2		
Nº de membros remunerados		1		
Remuneração fixa anual		-		
Salário ou pró-labore		242.848,06		242.848,06
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros		34.683,01		34.683,01
Descrição de outras remunerações fixas		Férias não usufruídas		
TOTAL	368.330,42	2.964.624,65	265.364,60	3.598.319,67

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	354.264,92	2.327.263,09	266.342,44	2.947.870,45
Benefícios direto e indireto	-	512.053,67		512.053,67
Participações em comitês				-
Outros			-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		-		-
Participação de resultados		129.866,19		129.866,19
Participação em reuniões		-		-
Comissões		-		-
Outros		-		-
Descrição de outras remunerações variáveis		-		-

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Pós-emprego		-		-
Cessação do cargo		-		-
Baseada em ações (incluindo opções)		-		-
Observação		-		-
N� total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
N� de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pr�-labore	-			-
Benefícios direto e indireto	-			-
Participações em comitês	-			-
Outros	-			-
Descrição de outras remunerações fixas	-			-
TOTAL	354.264,92	2.969.182,95	266.342,44	3.589.790,31

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
N� de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pr�-labore	275.624,36	2.181.529,70	273.339,94	2.730.494,00
Benefícios direto e indireto	2.068,84	507.489,29		509.558,13
Participações em comitês				-
Outros			-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		-		-
Participação de resultados		-		-
Participação em reuniões		-		-
Comissões		-		-
Outros		-		-
Descrição de outras remunerações variáveis		-		-
Pós-emprego		-		-
Cessação do cargo		-		-

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Baseada em ações (incluindo opções)		-		-
Observação		-		-
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	-			-
Benefícios direto e indireto	-			-
Participações em comitês	-			-
Outros	-			-
Descrição de outras remunerações fixas	-			-
TOTAL	277.693,20	2.689.018,99	273.339,94	3.240.052,13

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Órgão	Diretoria Executiva 2023/2024	Diretoria Executiva 2024/2025
Número total de membros	5	5
Número de membros remunerado	5	5
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$)	97.911,11	102.640,21
Valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$)	293.733,32	307.920,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (R\$)	195.822,21	205.280,42
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais (R\$)	129.866,19	189.440,96

- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Em 2023, com orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi aprovado, na Telebras, o primeiro Programa de Remuneração Variável Anual dos Administradores (RVA), instrumento de gestão voltado à avaliação do cumprimento de metas e resultados alinhados ao plano de negócios e à estratégia de longo prazo da Telebras, com execução financeira iniciada em abril de 2024. Como principal premissa, estabeleceu-se o limite máximo de até um e meio honorário mensal por ano para pagamento do RVA, sendo os respectivos limites e resultados apresentados em quadro respectivo. Na sequência, foi estruturado o segundo programa, referente às metas de 2024, com pagamentos iniciados em 2025. Ressalta-se que não há pagamento de remuneração variável para membros do Conselho, sendo o RVA aplicável exclusivamente aos integrantes da Diretoria Executiva.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- termos e condições gerais
- data de aprovação e órgão responsável
- número máximo de ações abrangidas
- número máximo de opções a serem outorgadas
- condições de aquisição de ações
- critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- forma de liquidação
- restrições à transferência das ações
- critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

- ii. perdas e expiradas durante o exercício social
- iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não se aplica.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não se aplica.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Não se aplica.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Não se aplica.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Ativo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações Ordinárias TELB3	NA	NA	6
Ações Preferenciais TELB4	8.970	NA	47.600

Posição de 01.03.2026

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

- Órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há plano de previdência para Diretores e membros do Conselho de Administração. A Telebras, neste momento, não é patrocinadora de nenhum plano aberto para novas adesões, permitindo o ingresso dos Dirigentes.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

	Diretoria Estatutária				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	5	5	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	483.993,69	492.187,31	651.223,63	607.836,37	583.568,54
Valor da menor remuneração (Reais)	243.085,95	423.507,96	347.556,80	178.267,59	129.598,32
Valor médio da remuneração (Reais)	426.527,45	459.926,70	537.803,80	441.755,30	433.606,43

	Conselho de Administração				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	8	8	8	8	8
Nº de membros remunerados	7	7	6	6	6
Valor da maior remuneração (Reais)	52.758,09	50.782,00	51.931,60	48.266,84	49.045,32
Valor da menor remuneração (Reais)	51.427,80	50.913,72	26.632,68	42.166,54	23.354,94
Valor médio da remuneração (Reais)	52.568,04	50.894,90	34.753,65	46.281,27	44.452,22

	Conselho Fiscal				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	5	5	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	52.758,09	50.913,72	49.862,76	48.072,22	48.072,22
Valor da menor remuneração (Reais)	52.758,09	49.941,43	30.770,12	38.924,90	31.139,92
Valor médio da remuneração (Reais)	52.758,09	50.719,26	29.915,66	44.945,40	47.644,08

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				CONSELHO FISCAL				DIRETORIA			
	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026
Vinculados à Administração Pública	7%	4%	3%	2%	5%	4%	4%	3%	0%	0	26%	0
Não vinculado	5%	10%	7%	6%	4%	3%	3%	2%	80%	79%	58%	87%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Candidatos ao Conselho Fiscal

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

Itens 7.3 a 7.6 Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022

Item 7.3 do Anexo C	
a. nome	Alano Roberto Santiago Guedes
b. data de nascimento	25/11/1968
c. profissão	Engenheiro Civil e Advogado
d. CPF ou número do passaporte	488.014.705-25
e. cargo eletivo ocupado	N/A
f. data de eleição	24/04/2026
g. data da posse	24/04/2026
h. prazo do mandato	*Até janeiro de 2028 Foi eleito em 08/01/2024 – vencimento do mandato 08/01/2026 e será reconduzido na Assembleia Geral de 2026
i. se foi eleito pelo controlador ou não	SIM
j. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	0
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. Resposta: Graduação em Direito - UDF Centro Universitário (2006), graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (1992), MBA Executivo em Economia e Gestão: Previdência Complementar (2021), MBA em Avaliação de Ativos e Carteiras de Investimentos (2002) e MBA em Gestão Atuarial (2000). MBA em Gestão Atuarial (2000), MBA em Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF. Atualmente é Coordenador-Geral de Previdência Complementar e Planos de Saúde das Estatais e Diretor substituto da Diretoria de Política de Pessoal e Previdência Complementar na Secretária de Coordenação e Governança das Estatais no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Já atuou no Conselho de Administração de diversas estatais. Tem larga experiência na área de Previdência Complementar, já tendo sido membro da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC entre 2014 e 2018 e entre 2020-2022.	

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal,	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas,	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há
Item 7.4 do Anexo C	
Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.	N/A
Item 7.5 do Anexo C	
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não há
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há
Item 7.6 do Anexo C	
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	Não há

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

b. controlador direto ou indireto do emissor	Subordinação ao controlador direto
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

Candidatos ao Conselho de Administração

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Itens 7.3 a 7.6 Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022

Item 7.3 do Anexo C	
a. nome	Allyne Cunha de Oliveira Souza
b. data de nascimento	02/09/1984
c. profissão	Administradora
d. CPF ou número do passaporte	99416280178
e. cargo eletivo ocupado	N/A
f. data de eleição	24/04/2026
g. data da posse	24/04/2026
h. prazo do mandato	Até Assembleia Geral Ordinária de 2028
i. se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO
j. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	NÃO
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	0
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. Resposta: Graduação em Administração – UNEB União Educacional de Brasília (2007), Especialista em Gestão de Negócios e Empreendimentos pela União Educacional de Brasília (2007), Pós-graduação em Gestão Pública pelo Instituto de Ensino Superior (2013), MBA Gestão de Processos pelo Centro Universitário IBMEC (2022). Atualmente ocupa o cargo de Especialista em Gestão de Telecomunicações. Já exerceu as funções de Coordenadora e	

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Assessora na Gerência de Gestão Empresarial. Também atuou como Presidente da Comissão de Ética da Telebras.

m. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal,	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas,	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há

Item 7.4 do Anexo C

Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.	N/A
---	-----

Item 7.5 do Anexo C

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não há
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há

Item 7.6 do Anexo C

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta	Não há

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social	
b. controlador direto ou indireto do emissor	Subordinação ao controlador direto.
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Manifestação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) e do Conselho de Administração (C.A) sobre os indicados ao Conselho Fiscal



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.
Vinculada ao Ministério das Comunicações.
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 53300002231
COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

ATA DA 170ª REUNIÃO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO - CPESR

Aos 13 (treze) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 11h, na sala de videoconferência por intermédio da ferramenta *Microsoft Teams*, reuniram-se virtualmente e ordinariamente, os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, Mesa: senhor Marco Norci Schroder, presidente, senhor Gil Pinto Loja Neto, membro; e o senhor Lauro Arcângelo Zanol, membro. Secretária: Mariza Soares Neves. Convocação: na forma do artigo 8º, Capítulo IV do Regimento Interno do Comitê (CPESR). **[1] Recondução de Membro Titular para o Conselho Fiscal da Telebras:** Este Comitê tomou conhecimento do OFÍCIO Nº 12108/2026/MCOM, datado 12 de janeiro de 2026, e NOTA INFORMATIVA Nº 462/2026/SEI-MCOM, de 08 de janeiro de 2026, para analisar a documentação apresentado pelo senhor **Alano Roberto Santiago Guedes**, brasileiro, casado, graduação em Direito - UDF Centro Universitário (2006), graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Salvador (1992), MBA Executivo em Economia e Gestão: Previdência Complementar (2021), MBA em Avaliação de Ativos e Carteiras de Investimentos (2002) e MBA em Gestão Atuarial (2000), MBA em Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, inscrito sob o CPF: 488.014.705-25, portador da Carteira de Identidade nº 464362601 SSP/BA, residente e domiciliado no Condomínio Estância Jardim Botânico, conjunto I casa 10, Setor Habitacional Jardim Botânico, CEP.: 71680365, Brasília/DF, e-mail: arsguedes@gmail.com, indicado a recondução ao cargo de Conselheiro Fiscal titular da Telecomunicações Brasileiras S.A., representante do Ministério das Comunicações (MCom). Foi analisado o formulário padronizado denominado FORMULÁRIO "C" Cadastro de Conselheiro Fiscal - Empresa de Maior Porte, firmado em 31 de dezembro de 2025, recebido pelo Comitê em 12 de março de 2026, contendo autodeclaração de cumprimento dos requisitos e vedações exigidos pela legislação para recondução ao cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Telebras. Após análise das informações disponibilizadas, este Comitê verificou que foram preenchidos os seguintes requisitos exigidos: (i) todos os campos do formulário estão preenchidos; (ii) todos os requisitos estão declarados com "sim"; (iii) todos os impedimentos estão declarados com "não"; (iv) a formação acadêmica informada é graduação em Direito - UDF Centro Universitário (2006), graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (1992), MBA Executivo em Economia e Gestão: Previdência Complementar (2021), MBA em Avaliação de

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.
Vinculada ao Ministério das Comunicações.
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 53300002231
COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

Ativos e Carteiras de Investimentos (2002) e MBA em Gestão Atuarial (2000), reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação, MBA em Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF (item 12 do Formulário), o que foi comprovada mediante diploma; O Comitê considerou ser compatível com o cargo; (v) a experiência profissional informada no item 13 do formulário foi: a. "três anos em função de direção ou assessoramento na administração pública direta ou indireta"; b. "três anos em cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa"; todavia foram especificadas na tabela "Tempo de Experiência e Função Declaradas". (vi) item 14 "Cumpra as exigências do Estatuto Social da Empresa Estatal para a qual foi indicado" respondeu com "sim". Após avaliação da documentação apresentada, presumindo-se como verdadeiras as informações declaradas e os comprovantes apresentados, o Comitê entende que o candidato possui experiência profissional, compatível com o cargo para o qual foi indicado. Neste contexto, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, **não vê óbice** para recondução do senhor **Alano Roberto Santiago Guedes** como membro titular do Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A., - Telebras. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Esta ata vai assinada pelos membros presentes e pela Secretária. Brasília-DF, 13 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 MARCO NORCI SCHROEDER
Data: 13/03/2026 13:51:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Marco Norci Schroder

Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 GIL PINTO LOJA NETO
Data: 13/03/2026 16:20:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Gil Pinto Loja Neto

Membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 LAURO ARCANGELO ZANOL
Data: 13/03/2026 14:46:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lauro Arcangelo Zanol

Membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 MARIZA SOARES NEVES
Data: 14/03/2026 22:25:25-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mariza Soares Neves

Secretária do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.
Vinculada ao Ministério das Comunicações.
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 53300002231
COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

ATA DA 168ª REUNIÃO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO - CPESR

Aos 06 (seis) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 16h, na sala de videoconferência por intermédio da ferramenta *Microsoft Teams*, reuniram-se virtualmente e ordinariamente, os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, Mesa: senhor Marco Norci Schroder, presidente, senhor Gil Pinto Loja Neto, membro; e o senhor Lauro Arcangelo Zanol, membro. Secretária: Mariza Soares Neves. Convocação: na forma do artigo 8º, Capítulo IV do Regimento Interno do Comitê (CPESR). **[1] Análise de Documentação de Candidatos ao Conselho de Administração da Telebras Representantes dos Empregados – Gestão 2026/2028:** Considerando o Memorando nº TLB-MEM-2026/00240, datado de 04 de fevereiro de 2026; considerando a Nota Jurídica nº TLB-NJU-2026/00015, datada de 06 de fevereiro de 2026; e após a análise das candidaturas apresentadas pela Comissão Eleitoral, conforme estabelecido no processo seletivo para eleição do representante dos empregados da Telebras – Gestão 2026/2028 (Processo TLB-PRO-2025/06178), comunicam-se os resultados do referido processo. Assim, foram homologadas as inscrições de: Camila Daniela Lima de Sousa Gomes, Micheli Vieira Chervinski, Allyne Cunha de Oliveira, Henrique Miglio Costa, Henrique Soares Ebert, João Laurindo de Souza Neto, Ricardo Moreira Fernandes e Ezielma Braz Ferreira. Desta forma, encaminha-se o referido processo à Comissão Eleitoral responsável, a fim de dar continuidade aos trabalhos conforme previsto no escopo do processo eleitoral. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião. Esta ata será assinada pelos membros presentes e pela secretária. Brasília-DF, 06 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 MARCO NORCI SCHROEDER
Data: 06/02/2026 18:38:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Marco Norci Schroder

Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 GIL PINTO LOJA NETO
Data: 07/02/2026 17:13:20-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Gil Pinto Loja Neto

Membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 LAURO ARCANDELO ZANOL
Data: 06/02/2026 23:06:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lauro Arcangelo Zanol

Membro do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

Documento assinado digitalmente
 MARIZA SOARES NEVES
Data: 07/02/2026 18:06:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Mariza Soares Neves

Secretária do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

397ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEBRAS, COM A PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL NO ITEN 1

Aos 18 (dezoito) dias do mês março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h30, na modalidade híbrida, pela sala de videoconferência por intermédio da ferramenta Microsoft Teams, e na sede da Telecomunicações Brasileiras S.A., situada no SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440. Reuniram-se, extraordinariamente os membros do Conselho de Administração da Companhia: Presidente Senhor Júlio Francisco Semeghini Neto, Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações (MCom). Secretária: Mariza Soares Neves. Convocação: na forma do artigo 55 do Estatuto Social da Companhia, para examinar e deliberar sobre a agenda do dia. Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal da Companhia, tendo em vista a necessidade de emitir Parecer sobre os itens 1. Estiveram também presentes os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) e o representante da CONSULT - Auditores Independentes, Senhor Marlos Reinert. **[1] - MATÉRIAS DELIBERATIVAS – [1.1] Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores [1.1.1] Gerência de Contabilidade [1.1.1.1] Deliberação sobre: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Proposta de Destinação do Resultado – 2025:** Após análise dos documentos e esclarecimentos apresentados pela Direção da Telebras e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis – CONSULT - Auditores Independentes, e o Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), o Conselho de Administração constatando que as demonstrações examinadas refletem, adequadamente, a posição financeira e patrimonial da Empresa, aprovou os seguintes documentos: **a) Relatório da Administração. b) Demonstrações Contábeis - 2025**, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas; **c) Proposta de Destinação do Resultado:** o Conselho de Administração propõe à Assembleia que a destinação do lucro líquido do exercício de 2025, no valor de R\$ 140.504.336,83 (cento e quarenta milhões quinhentos e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos), seja completamente absorvido para a compensação de Prejuízos Acumulados de exercícios anteriores, em obediência ao Art. 189, parágrafo único, da Lei 6.404/76. **[2] Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores [2.1] Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) [2.1.1] Proposta de Remuneração Global da Administração - abril/2026-março/2027:** O Conselho de Administração, após analisar a proposta apresentada pela Administração da Telebras, aprova a fixação da remuneração total global dos Administradores da Telebras para o período de abril de 2026 a março de 2027 em R\$ 6.631.913,31 (seis milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e treze reais e trinta e um centavos) com reajuste das rubricas por iniciativa da Diretoria Colegiada, proposta essa a ser encaminhada aos órgãos competentes para manifestação dos mesmos, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas - (A.G.O.), nos termos da disposição contida no art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976. **[3] Convocação da Assembleia:** a

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Administração submete os itens aprovados para apreciação e deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária (A.G.O), convocada para o dia 24 de abril de 2026, às 15:00horas. **[4] Conselho de Administração [4.1] Manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado:** a) **Enquadramento do Senhor Alano Roberto Santiago Guedes:** Nos termos do art. 85, § 2º do Estatuto Social da Companhia e em atendimento ao OFÍCIO Nº 12108/2026/MCOM, datado 12 de janeiro de 2026, e após considerações dos membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) em sua 170ª Reunião Ordinária, realizada dia 13 de março de 2026, indicado pelo Ministério das Comunicações para recondução como membro do Conselho Fiscal titular da Telecomunicações Brasileiras S.A., com prazo de gestão a findar em janeiro de 2028, Senhor Alano Roberto Santiago Guedes, brasileiro, casado, graduação em Direito - UDF Centro Universitário (2006), graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Salvador (1992), MBA Executivo em Economia e Gestão: Previdência Complementar (2021), MBA em Avaliação de Ativos e Carteiras de Investimentos (2002) e MBA em Gestão Atuarial (2000), MBA em Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, inscrito sob o CPF: 488.014.705-25, portador da Carteira de Identidade nº 464362601 SSP/BA, residente e domiciliado no Condomínio Estância Jardim Botânico, conjunto I casa 10, Setor Habitacional Jardim Botânico, Brasília/DF, e-mail: arsguedes@gmail.com, e presumindo-se verdadeira as declarações, os documentos apresentados, a experiência e demais informações sobre o indicado, o Conselho de Administração, **manifestou-se favorável acerca do enquadramento do Senhor Alano Roberto Santiago Guedes.** b) **Enquadramento da Senhora Allyne Cunha de Oliveira Souza:** Nos termos do art. 31, § 4º do Estatuto Social da Companhia, após considerações dos membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) em sua 168ª Reunião Ordinária, realizada dia 06 de fevereiro de 2026, e considerando a proclamação registrada na TLB-DEM-2026/00016, datada 16 de março de 2026, assinada pelo Diretor-Presidente da Companhia, da Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A., gestão 2026-2028, da Senhora Allyne Cunha de Oliveira Souza, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, graduada em administração de empresa, especialista em Gestão de Negócios e Empreendimentos, Pós-graduada em Gestão Pública e MBA Gestão de Processos, portadora da Carteira de Identidade nº 2168626 SSP/DF, CPF.: 994162801-78, residente e domiciliada na Rua das Pitangueiras, lote 10, edifício Metropolitan Aptº 1108, CEP : 71938-540, Bairro Sul - Águas Claras, Brasília/ DF, e-mail: allyne_oliveira@hotmail.com, e presumindo-se verdadeira as declarações, os documentos apresentados, a experiência e demais informações sobre a indicada, o Conselho de Administração, **manifestou-se favorável acerca do enquadramento da Senhora Allyne Cunha de Oliveira Souza.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada esta reunião, sendo elaborada esta ata que foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente do Conselho, pelos membros presentes e pela Secretária. Brasília, DF, 18 de março de 2026.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Conselho de Administração

Júlio Francisco Semeghini Neto

Presidente do Conselho de Administração
Representante do Ministério das Comunicações

Gil Pinto Loja Neto

Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Marco Norci Schroeder

Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Jorge Ricardo Bittar

Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Jerônimo José Cabral Guedes

Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

Conselheiro Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços
Públicos

Micheli Vieira Chervinski

Conselheira Representante dos Empregados

Lauro Arcangelo Zanol

Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

André Luiz Greve Pereira

Presidente Representante do Tesouro Nacional

Rafaela Calado e Silva Mello

Conselheira Representante do Ministério das Comunicações

Alano Roberto Santiago Guedes

Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Marcela Camilher Gomes Vidigal

Conselheira Representante dos Acionistas Minoritário Preferencialistas

Leonardo Peixoto Estevão

Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Mariza Soares Neves

Secretária do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Telebras

Onde tem Brasil, tem Telebras.



Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras
Comentários de Desempenho
4º Trimestre de 2025

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Informação Pública - A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras (B3: TELB3 e TELB4) divulga nesse documento os comentários de desempenho dos resultados do quarto trimestre do exercício de 2025 (4T25), bem como os resultados dos doze meses de 2025 (2025). As informações operacionais, econômicas e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números não consolidados e em Reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das informações contábeis intermediárias. As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o quarto trimestre de 2024 (4T24) e o terceiro trimestre de 2025 (3T25) e os doze meses de 2024 (2024), exceto quando especificado em contrário.

CONTRATO DE GESTÃO E PLANO DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em 05 de setembro de 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações, em conformidade com a Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025 e a Lei nº 13.303/2016.

O contrato tem como fundamento o art. 47 da Lei Complementar nº 101/2001, os arts. 6º, §§ 2º a 4º, e 48, §§ 6º a 8º, da Lei nº 15.080/2024, bem como as normas e regulamentações específicas editadas pelo órgão central do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais – SISEST/MGI.

O Contrato de Gestão, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente. Esse plano reúne o diagnóstico econômico-financeiro, o planejamento estratégico, as projeções de fluxo de caixa e de resultados, além de indicadores e metas de desempenho correspondentes ao período contratual. A validade e a eficácia do Contrato de Gestão ficam condicionadas à publicação de seu extrato pelo Ministério supervisor no Diário Oficial da União e em seu sítio eletrônico oficial.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, conforme previsto no art. 6º e § 7º do art. 48 da Lei nº 15.080/2024, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, passando a ter seu orçamento acompanhado no âmbito do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais federais, sob supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. A Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

Para a execução do Contrato de Gestão, serão disponibilizados à Telebras recursos orçamentários pela União, a título de subvenção econômica, destinados à cobertura do

déficit de manutenção relativo à operação e manutenção dos ativos e instalações, especialmente os custos e despesas que são necessárias para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades operacionais da Companhia, discriminados na unidade orçamentária nº 41.260 (Telebras) provenientes de dotações previstas na Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício financeiro.

O acompanhamento da execução do PSEF será realizado mediante monitoramento periódico, prestação de contas e elaboração de relatórios ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conformidade com a legislação aplicável. A avaliação de desempenho será aferida com base em objetivos, indicadores e metas de desempenho pactuados no Contrato de Gestão, com foco na mensuração da eficiência, eficácia e efetividade da atuação empresarial.

A aprovação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira e a assinatura do Contrato de Gestão foram divulgadas como fato relevante, assegurando transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, por meio do site institucional da Companhia, em observância aos princípios da publicidade e da governança corporativa.

HOMOLOGAÇÃO DOS AUMENTOS DE CAPITAL

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou dois aumentos de capital social devidamente homologados em Assembleias Gerais Extraordinárias.

Em 8 de maio de 2025, a 118ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) homologou o aumento de capital previamente aprovado na 117ª AGE, no valor de R\$ 112.256, mediante a emissão de 7.214.422 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,56 por ação. Após essa operação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.474.498 para R\$ 3.586.754, passando a ser representado por 93.597.512 ações, sendo 75.190.021 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posteriormente, em 25 de setembro de 2025, a 120ª AGE homologou o segundo aumento de capital do exercício, no montante de R\$ 132.781, decorrente da emissão de 8.385.891 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 15,83388257 por ação. Com essa homologação, o capital social integralmente subscrito passou de R\$ 3.586.754 para R\$ 3.719.535, totalizando 101.983.403 ações, sendo 83.575.912 ações ordinárias e 18.407.491 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Trimestres								
R\$ mil	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
Serviços de Comunicação Multimídia	146.109	114.886	90.704	27,2 %	61,1%	432.484	355.951	21,5 %
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.120	0,0%	0,0%	36.480	36.481	0,0%
Aluguéis e Locações - Outras	7.734	6.831	7.184	13,2 %	7,7%	28.382	26.918	5,4%
Serviços de Valor Adicionado	8.732	5.226	6.931	67,1 %	26,0%	26.411	20.029	31,9 %
Compartilhamento de Receita	2.832	3.126	1.923	- 9,4%	47,3%	10.421	13.633	- 23,6 %
Outras Receitas	1.744	5.708	1.131	- 69,4 %	54,2%	6.730	9.379	- 28,2 %
Receita Operacional Bruta	176.271	144.897	116.993	21,7 %	50,7%	540.908	462.391	17,0 %
Deduções da Receita	(15.716)	(13.347)	(10.853)	17,8 %	44,8%	(49.899)	(48.076)	3,8%
Receita Operacional Líquida	160.555	131.550	106.140	22,0 %	51,3%	491.009	414.315	18,5 %

No 4T25, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 160,6 milhões, representando um aumento de 22,0%, ou R\$ 29,0 milhões, em relação ao 4T24, quando totalizou R\$ 131,6 milhões. Na comparação com o 3T25, o crescimento foi de 51,3%.

A evolução trimestral reflete, principalmente, o reconhecimento dos reajustes de preços dos contratos vigentes no período, o registro da receita referente ao serviço de instalação de equipamentos de meios de conexão no contrato de swap firmado com a operadora TIM, além do ingresso de novos clientes.

No acumulado de 2025, a receita somou R\$ 491,0 milhões, ante R\$ 414,3 milhões registrados em 2024, o que representa um crescimento de 18,5% na comparação anual. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelos reajustes aplicados aos contratos e pelo início da prestação de serviços a novos clientes.

O comportamento da receita bruta por serviço no exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024, foi o seguinte:

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM): A receita de SCM em 2025 totalizou R\$ 432,5 milhões, ante R\$ 356,0 milhões registrados em 2024, representando um crescimento de 21,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorre principalmente de: (i) início da prestação de serviços a novos clientes; e (ii) reajustes anuais nos preços dos contratos, especialmente no âmbito do programa GESAC.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

No quarto trimestre de 2025, a Telebras celebrou um contrato de operações de swap com a operadora TIM e, em consequência desse acordo, reconheceu em seu resultado receita de serviço de instalação no montante de R\$ 12,8 milhões.

Locação de Capacidade Satelital: Esse produto permaneceu estável na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024, registrando receita de R\$ 36,5 milhões. Esse valor corresponde ao reconhecimento da receita pela cessão de capacidade satelital ao Ministério da Defesa.

Aluguéis e Locações – Outras: A rubrica compreende o aluguel de cabos ópticos, a locação de roteadores e o aluguel de infraestrutura do segmento satelital, decorrente do contrato de parceria com a Viasat. Em 2025, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 28,4 milhões, ante R\$ 26,9 milhões registrados em 2024, o que representa um aumento de 5,4%.

Compartilhamento de Receitas: No acumulado de 2025, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 10,4 milhões, ante R\$ 13,6 milhões registrados em 2024, o que representa uma redução de 23,6%. Essa diminuição é explicada pelo menor volume de recursos recebidos da Viasat ao longo do período.

Serviço de Valor Adicionado: Em 2025, a receita de SVA totalizou R\$ 26,4 milhões, ante R\$ 20,0 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 31,9% na comparação anual. Esse aumento decorre da expansão do portfólio de serviços de valor adicionado, que impulsionou a demanda e ampliou a participação dessa linha no resultado operacional da companhia.

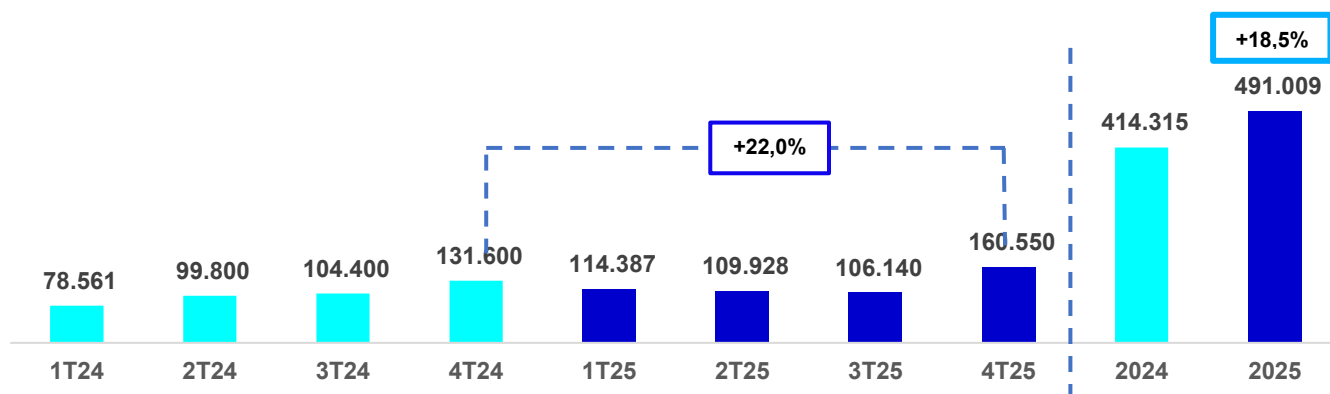
Outras Receitas: As Outras Receitas totalizaram R\$ 6,7 milhões em 2025, ante R\$ 9,4 milhões registrados em 2024, e correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de Wi-Fi, abrangendo os programas Wi-Fi Brasil, Wi-Fi Telebras e Wi-Fi Externo. Em 2025, esse conjunto de serviços apresentou uma redução de 28,2% em relação ao montante registrado no ano anterior. Apesar do aumento no número de clientes atendidos em comparação ao ano anterior, o resultado apresentou retração devido à redução dos pontos ativos do Programa GESAC, o que ocasionou diminuição da receita no período.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

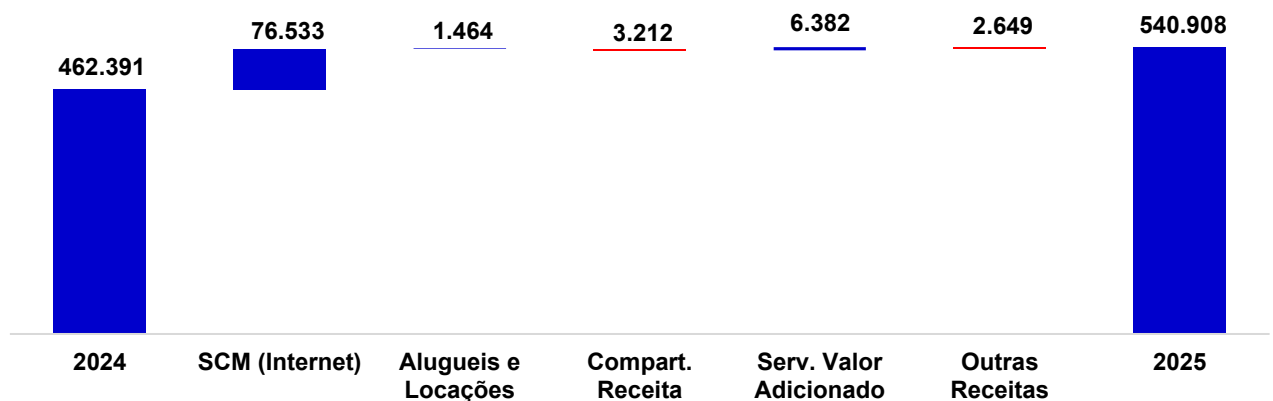
Em 2025, as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem tributos, descontos e cancelamentos incidentes sobre a Receita Operacional Bruta, apresentaram crescimento de 3,8% em relação a 2024.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

COMPORTAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL – R\$ MIL



EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA 2024 – 2025 – R\$ MIL¹



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVA (EXCETO DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO)²

¹ A cor vermelha representa redução de receita.

² Custos e Despesas vinculadas às funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Gerais e Administrativas.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

R\$ mil	Trimestres							
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
Meios de Conexão e Transmissão	(57.454)	(32.074)	(39.414)	79,1%	45,8%	(170.423)	(135.121)	26,1%
Serviços de Terceiros	(36.583)	(44.153)	(40.050)	17,1%	-8,7%	(153.128)	(173.875)	11,9%
Pessoal (exclui PISP)	(32.547)	(28.530)	(29.536)	14,1%	10,2%	(119.390)	(111.058)	7,5%
Aluguéis, Locações, Seguros e Outros	(21.764)	(16.119)	(11.751)	35,0%	85,2%	(62.049)	(50.467)	22,9%
Tributos	(1.845)	(1.592)	(1.270)	15,9%	45,3%	(6.256)	(5.372)	16,5%
Compartilhamento de Instalações	(952)	(504)	(951)	88,9%	0,1%	(3.877)	(3.803)	1,9%
PECLD ³	(1.415)	(931)	(831)	52,0%	70,3%	(2.807)	(2.752)	2,0%
PISP ⁴	(848)	(191)	324	344,0 %	361,7 %	(1.733)	(411)	321,7 %
Materiais	(7)	(5)	(52)	40,0%	86,5%	(76)	(809)	90,6%
Total	(153.415)	(124.099)	(123.531)	23,6%	24,2%	(519.739)	(483.668)	7,5%

EVOLUÇÃO 2024 – 2025 - R\$ MIL⁵



Os Custos e Despesas Operacionais (exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 153,4 milhões no 4T25, representando um crescimento de 23,6% em comparação

³ Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.

⁴ Programa de Indenização por Serviços Prestados.

⁵ A cor azul representa a redução dos custos/despesas.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

ao 4T24 (R\$ 124,1 milhões). Em relação ao 3T25, houve aumento de 24,2%. Esse incremento entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no montante de R\$ 12,8 milhões, conforme previsto no contrato de swap celebrado com a operadora TIM.

No acumulado de 2025, esses custos e despesas somaram R\$ 519,7 milhões, ante R\$ 483,7 milhões registrados em 2024, o que corresponde a um aumento de 7,5% na comparação anual.

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: Em 2025, os custos de conexão e transmissão apresentaram aumento de 26,1%, totalizando R\$ 170,4 milhões, ante R\$ 135,1 milhões registrados em 2024. Os principais componentes dessa linha são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD – última milha) e com Backbone, que registraram elevações de 35,8% e 0,5%, respectivamente, na comparação anual. O aumento de 35,8% nos custos de EILD reflete a contratação de serviços conexão satelital para atender às demandas de serviços da Telebras.

Adicionalmente, contribuiu para o crescimento desses custos o reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no valor de R\$ 12,8 milhões, relacionada ao contrato de swap firmado com a operadora TIM.

De modo geral, o comportamento dessa linha evidencia sobretudo o aumento dos gastos associados ao acesso de última milha — que representa parcela significativa dos custos operacionais da companhia — enquanto os custos de Backbone permaneceram relativamente estáveis ao longo do período.

PESSOAL: EM 2025, Os custos e despesas com Pessoal apresentaram um aumento de 7,5% em 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo resulta, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) concessão de promoções decorrentes do processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores;
- ii) reposição das perdas salariais estabelecida pelo acordo coletivo vigente; e iii) aumento do quadro de colaboradores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: Os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram redução de 11,9% em 2025, quando comparados ao mesmo período de 2024. Essa diminuição decorre, principalmente, da redução dos gastos relacionados à

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

manutenção da planta terrestre e satelital, bem como da queda nos custos e despesas com manutenção de hardware e softwares vinculados às áreas de operação e administração. Tal movimento reflete, sobretudo, os efeitos do reconhecimento/reversão de provisões e do encerramento de contratos ao longo do exercício.

ALUGUÉIS, LOCAÇÕES E SEGUROS: A rubrica apresentou um aumento de 22,9% na comparação com o exercício de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente da elevação dos custos de locação dos equipamentos para conexão e operação satelital registrados no período, em razão da contratação de outras operadoras de satélite para atendimento às demandas de serviços, além da Viasat.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Depreciação e Amortização	(64.696)	(69.454)	(69.063)	6,9 %	-6,3%	(274.104)	(270.044)	1,5%

A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 1,5% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, das transferências de bens que estavam classificados na condição de “em andamento” e passaram para a condição de “em Serviço” ao longo desses períodos, passando assim a compor a base depreciável. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo incremento do número de ativos que atingiram a condição de totalmente depreciados, reduzindo o impacto líquido da despesa no exercício.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.404	409	23	243,3 %	6004,3 %	369	(1.013)	136,4 %

O Resultado de Equivalência Patrimonial reflete a participação da Telebras (49%) no resultado da coligada Visiona ao longo do período. Em 2025, a coligada registrou Lucro Líquido de R\$ 0,8 milhão, ante um Prejuízo de R\$ 2,1 milhões em 2024, o que resultou

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

em um efeito positivo de equivalência patrimonial para a Telebras no valor de R\$ 0,4 milhão (comparado a R\$ 1,0 milhão negativo em 2024).

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

Trimestres								
R\$ mil	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.	2025	2024	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais								
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	234.446	28.357	43.710	726,8 %	436,4%	406.942	158.402	156,9 %
Superávit de Previdência Privada (ii)	102.225	212.038	32.502	51,8%	214,5%	134.727	212.038	36,5%
Recuperação de Tributos - Créditos sobre insumos (iii)	4.981	9.073	4.988	45,1%	-0,1%	17.575	20.538	14,4%
Ativos Contingentes (iv)	14.922	-	-	100,0 %	100,0%	14.960	-	100,0 %
Outras Receitas Operacionais	743	1.945	312	61,8%	138,1%	2.717	5.568	51,2%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais (v)	(10.855)	(22.806)	(3.008)	52,4%	260,9%	(13.870)	(22.848)	39,3%
Total	346.462	228.607	78.504	51,6%	341,3%	563.051	373.698	50,7%
Outras Despesas Operacionais								
Tributos	(1.952)	(749)	(2.065)	160,6 %	-5,5%	(7.912)	(6.116)	29,4%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(3.029)	(33)	(797)	9078,8 %	280,1%	(5.196)	(498)	943,4 %
Multas sobre Contas a Receber – Contratos	(1.500)	(679)	(1.952)	120,9 %	-23,2%	(4.874)	(3.568)	36,6%
Multas sobre Obrigações com Fornecedores	(2.988)	(939)	(18)	218,2 %	16500,0%	(3.029)	(1.215)	149,3 %
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	1.366	-	100,0 %	-	-	(2.666)	100,0 %
Outras Despesas Operacionais	(615)	(883)	968	30,4%	263,9%	(2.875)	(729)	294,4 %
Total	(10.084)	(1.917)	(5.001)	426,0 %	101,6%	(23.886)	(14.792)	61,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	336.378	226.690	73.503	48,4%	357,6%	539.165	358.906	50,2%

No 4T25, o resultado da linha de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo em R\$ 336,4 milhões, frente aos R\$ 226,7 milhões registrados no 4T24, o que representa um crescimento de 48,4%. Em comparação ao 3T25, observou-se um aumento expressivo de 357,6%. Esse desempenho reflete, principalmente, o maior volume de recursos oriundos de subvenções orçamentárias, bem como o reconhecimento de ativo contingente no período.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

No acumulado de 2025, o resultado dessa linha totalizou R\$ 539,2 milhões, ante R\$ 358,9 milhões registrados em 2024. As principais variações que explicam essa evolução no comparativo anual são apresentadas a seguir:

i) SUBVENÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS: A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente e, com isso, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas de pessoal, custeio e investimentos. Os recursos destinados a pessoal e demais custeios são reconhecidos no resultado da Companhia à medida que são realizados, conforme o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. Já os recursos voltados a investimentos são registrados no passivo não circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 2025, a Telebras reconheceu R\$ 406,9 milhões no resultado (ante R\$ 158,2 milhões em 2024), representando um aumento de 156,9%. Esse crescimento decorre, principalmente, dos recursos recebidos para quitação do financiamento junto à FINEP e dos valores vinculados ao contrato de gestão, destinados ao pagamento de obrigações da Companhia.

Os valores recebidos foram aplicados da seguinte forma:

R\$ mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Pessoal	-	5.772	25.821	100,0%	-100,0%	88.963	82.110	8,3%
Outros Custeios	-	22.585	17.889	100,0%	-100,0%	83.533	76.292	9,5%
Contrato de Gestão	234.446			100,0%	100,0%	234.446	-	100,0%
Total	234.446	28.357	43.710	726,8%	436,4%	406.942	158.402	156,9%

ii) Superávit - Previdência Privada: Nos exercícios de 2025 e 2024, a Telebras reconheceu os montantes de R\$ 134.727 e R\$ 212.038, respectivamente, referentes aos superávits apurados nos planos PBS-A (anos-base 2022 e 2023) e Telebrasprev (anos-base 2016, 2017, 2023 e 2024).

Os valores a receber serão repassados à Companhia em 36 parcelas mensais. Com exceção do superávit referente ao ano-base de 2016, cujas parcelas serão atualizadas pela rentabilidade do respectivo plano, os demais valores serão recebidos em parcelas fixas, sem atualização monetária.

iii) Recuperação de Tributos - Créditos sobre insumos: Representam os créditos obtidos sobre a compra de insumos vinculados à prestação de serviços, os quais são compensados no pagamento das contribuições de PIS e Cofins. Em 2025, registrou-se uma redução de 14,4% em relação ao ano de 2024.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

iv) Ativos Contingentes: O saldo refere-se ao ganho decorrente de decisões judiciais favoráveis à Telebras. No exercício de 2025, a Companhia obteve êxito em ação movida contra a Federação Internacional de Futebol (FIFA), relativa a pendências contratuais originadas durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Após a sentença favorável, as partes formalizaram acordo no qual a FIFA renunciou aos recursos que ainda poderia interpor e reconheceu a obrigação de quitar o valor devido, acrescido de atualização monetária. Em decorrência desse acordo, a Telebras recebeu o montante de R\$ 14.922, valor que foi contabilizado como ingresso extraordinário decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

v) Tributos sobre Outras Receitas Operacionais: A redução de 39,3% em relação ao exercício de 2024 decorre, principalmente, da diminuição dos eventos reconhecidos no resultado do período classificados como outras receitas operacionais e que são sujeitos à incidência de PIS e Cofins. A menor geração desses eventos no exercício reduziu a base tributável e, conseqüentemente, o montante registrado nessa rubrica.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Receitas Financeiras								
Juros sobre Aplicações Financeiras	55.844	27.813	50.070	100,8 %	11,5%	194.343	116.459	66,9%
Juros sobre Superavit Previdência Privada	3.838	615	4.205	524,1 %	-8,7%	18.867	2.610	622,9 %
Juros sobre Tributos	2.962	2.228	5.747	32,9 %	-48,5%	12.724	10.871	17,0%
Juros sobre Depósitos Judiciais	1.176	955	1.174	23,1 %	0,2%	4.534	3.644	24,4%
Descontos Financeiros sobre Passivos	2.808	-	-	100,0 %	100,0%	2.808	-	100,0 %
Outras Receitas Financeiras	17	35	49	-	-	254	867	-
Tributos sobre Receitas Financeiras	(3.045)	(1.427)	(2.793)	51,4 %	-65,3%	(10.649)	(6.107)	70,7%
Total	63.600	30.219	58.452	110,5 %	8,8%	222.881	128.344	73,7%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(67.622)	(49.785)	(67.316)	35,8 %	0,5%	(249.981)	(189.369)	32,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(3.969)	(3.552)	(2.442)	11,7 %	62,5%	(14.247)	(12.998)	9,6%
Juros/VM sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.427)	(1.734)	(1.208)	-	-	(6.484)	(6.298)	-
				17,7 %	18,1%			3,0%

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Juros sobre Obrigações com Fornecedores	(2.568)	-	-	100,0 %	100,0%	(2.568)	-	100,0 %
Variação Cambial sobre Obrigações com Fornecedores	(2.511)	-	-	100,0 %	100,0%	(2.511)	-	100,0 %
Outras Despesas Financeiras	(336)	(1.119)	(168)	70,0 %	100,0%	(1.354)	(4.747)	71,5%
Total	(78.433)	(56.190)	(71.134)	39,6 %	10,3%	(277.145)	(213.412)	29,9%
Resultado Financeiro Líquido	(14.833)	(25.971)	(12.682)	42,9 %	17,0%	(54.264)	(85.068)	36,2%

Em 2025, o resultado financeiro apresentou saldo negativo de R\$ 54,3 milhões, frente aos R\$ 85,1 milhões negativos registrados em 2024, o que representa uma melhora de 36,2% no desempenho. Essa evolução é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) o crescimento de 66,9% dos rendimentos de aplicações financeiras, reflexo do aumento da rentabilidade média dos fundos no comparativo entre os períodos; e ii) a atualização monetária dos valores a receber referentes ao Superávit de Previdência Privada, reconhecidos em 2024, que contribuiu positivamente para o resultado.

Esses efeitos favoráveis, contudo, foram parcialmente compensados pelo aumento de 32,0% nos encargos financeiros do AFAC, decorrente da elevação da taxa Selic — indexador utilizado para a atualização desses valores.

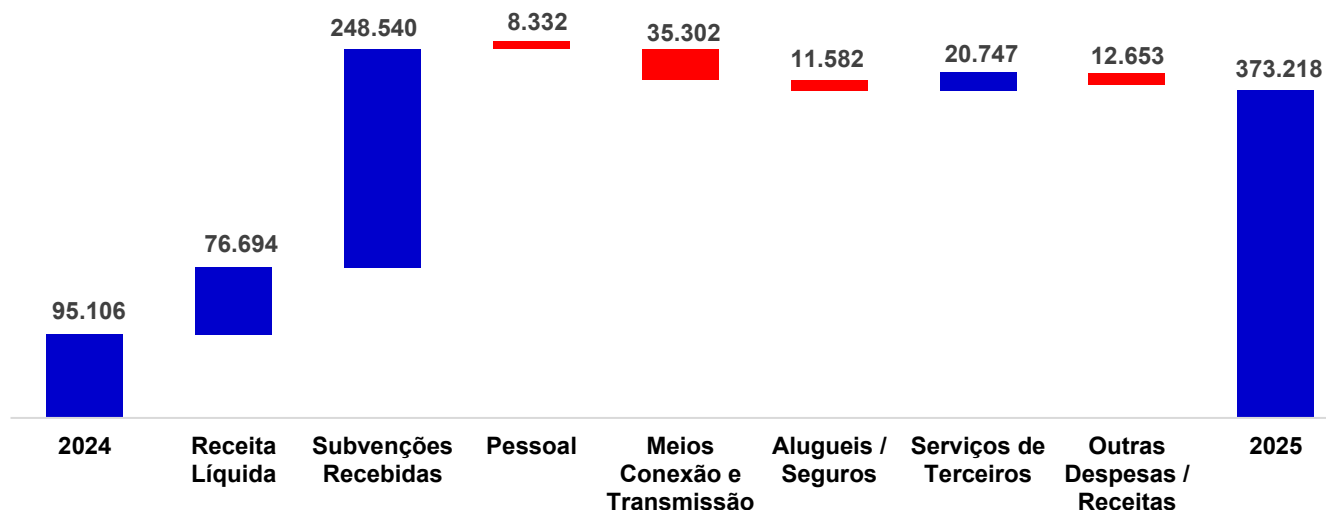
Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	223.461	139.125	(25.610)	60,6%	972,6%	140.504	(66.572)	311,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	41.932	-	-	100,0%	100,0%	41.932	-	100,0%
(+) Resultado Financeiro	14.833	25.971	12.682	-42,9%	17,0%	54.264	85.068	-36,2%
(+) Depreciação e Amortização	64.696	69.454	69.063	-6,8%	-6,3%	274.104	270.044	1,5%
EBITDA	344.922	234.550	56.135	47,1%	514,5%	510.804	288.540	77,0%
Ajustes:								
(+/-) Equivalência Patrimonial	(1.404)	(409)	(23)	243,3%	6004,3%	(369)	1.013	-136,4%
(-) Superávit - Previdência Privada	(102.225)	(212.038)	(32.502)	-51,8%	214,5%	(134.727)	(212.038)	-36,5%
(+) Tributos s/ Superávit de Previdência Privada	9.456	19.614	3.006	-51,8%	214,5%	12.462	19.614	-36,5%
(+) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.339)	(1.322)	(1.332)	1,3%	0,5%	(5.307)	(5.219)	1,7%
(+) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(283)	(160)	(131)	76,9%	115,4%	(867)	(741)	17,0%
(-) Ganho sobre Baixa de Passivos	-	(598)	-	100,0%	-	(76)	(2.297)	96,7%
(+/-) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	(1.366)	-	100,0%	-	-	2.666	100,0%
(-) Ativos Contingentes	(14.922)	-	-	100,0%	100,0%	(14.960)	-	100,0%
(+) Tributos s/ Ativos Contingentes	1.380	-	-	100,0%	100,0%	1.384	-	100,0%
(+) Multas Contratuais	1.500	679	1.952	120,9%	-23,2%	4.874	3.568	36,6%
EBITDA Ajustado	237.085	38.950	27.105	508,7%	774,7%	373.218	95.106	292,4%
Margem EBITDA	214,8%	178,3%	52,9%	20,5%	306,2%	104,0%	69,6%	49,4%
Margem EBITDA Ajustado	147,7%	29,6%	25,5%	398,7%	478,2%	76,0%	23,0%	231,1%

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO: 2024 – 2025 – R\$ MIL⁶



O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 156, de 23 de junho de 2022, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicadores de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 373,2 milhões, ante R\$ 95,1 milhões em 2024, o que representa um crescimento de 292,4% na comparação anual. Esse incremento decorre, essencialmente, de três fatores: i) expansão da Receita Operacional Líquida; ii) aumento das Subvenções Orçamentárias Recebidas, destinadas ao pagamento de pessoal, outros custos e obrigações vinculadas ao contrato de gestão; e iii) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

⁶ A cor vermelha representa aumento dos custos/despesas.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 76,0% em 2025, comparada aos 23,0% registrados em 2024, refletindo um avanço de 231,1% no período.

Quando desconsideradas as Subvenções Orçamentárias — que somaram R\$ 406,9 milhões em 2025, frente a R\$ 158,4 milhões em 2024 — o EBITDA Ajustado seria negativo em R\$ 33,7 milhões em 2025, ante R\$ 63,3 milhões negativos em 2024, evidenciando uma melhora de 46,7%. Nesse cenário, a Margem EBITDA Ajustada corresponderia a -6,9% em 2025, comparada a -15,3% em 2024.

RESULTADO RECORRENTE⁷

R\$ Mil	Trimestres					2025	2024	Δ Ano
	4T25	4T24	3T25	Δ Ano	Δ Trim.			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	223.461	139.125	(25.610)	60,6%	972,6%	140.504	(66.572)	311,1%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:								
(-) Superávit - Previdência Privada	(102.225)	(212.038)	(32.502)	51,8%	214,5%	(134.727)	(212.038)	36,5%
(+) Tributos sobre Superávit	9.456	-	3.006	100,0%	214,5%	12.462	19.614	36,5%
(-) Ganho sobre Baixa de Passivos	-	(598)	-	100,0%	-	(76)	(2.297)	96,7%
(-) Ativos Contingentes	(14.922)	-	-	100,0%	100,0%	(14.960)	-	100,0%
(+) Tributos s/ Ativo Contingente	1.384	-	-	100,0%	100,0%	1.384	-	100,0%
(+/-) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	(1.366)	-	100,0%	-	-	2.666	100,0%
(+) Multas Contratuais	1.500	679	1.952	120,9%	23,2%	4.874	3.568	36,6%
(+) Ajuste de IRPJ/CSLL sobre Eventos Não recorrentes	24.944	-	-	100,0%	100,0%	31.188	-	100,0%
Lucro/(Prejuízo) Líquido Recorrente	143.598	(74.198)	(53.154)	293,5%	370,2%	40.649	(255.059)	115,9%
Margem Líquida	89,4%	-56,4%	-50,1%	258,6%	278,6%	8,3%	-61,6%	113,4%
Prejuízo por Ação (R\$)	1,40805	(0,85894)	(0,52120)	263,9%	370,2%	0,3986	(2,95266)	113,5%

Em 2025, a Telebras apresentou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 40,6 milhões, frente ao Prejuízo Recorrente de R\$ 255,1 milhões registrado em 2024. O desempenho

⁷ Resultado recorrente é um indicador financeiro que representa o lucro ou prejuízo da empresa gerado pelas suas operações habituais, excluindo efeitos considerados não recorrentes, como: ganhos ou perdas extraordinárias; eventos pontuais que não fazem parte da atividade principal; efeitos de decisões contábeis atípicas; e itens não operacionais ou de caráter não repetitivo.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

positivo no exercício de 2025 é explicado pelos seguintes fatores: i) aumento das receitas de prestação de serviços; ii) crescimento das subvenções orçamentárias recebidas e realizadas; iii) melhora do resultado financeiro; e iv) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA⁸

R\$ Mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	Δ 2025	Δ 2025
				X	X
				2024	2023
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	-	46.210	90.602	-	-
				100,0%	100,0%
Curto Prazo	-	46.210	45.710	-	-
				100,0%	100,0%
Longo Prazo	-	-	44.892	-	-
				100,0%	100,0%
Arrendamento Mercantil (Leasing)	19.879	9.513	14.121	109,0%	40,8%
Curto Prazo	5.093	5.374	5.324	-5,2%	-4,3%
Longo Prazo	14.786	4.139	8.797	257,2%	68,1%
Credores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	-	118.882	132.440	-	-
				100,0%	100,0%
Curto Prazo	-	16.635	16.436	-	-
				100,0%	100,0%
Longo Prazo	-	102.247	116.004	-	-
				100,0%	100,0%
Dívida Bruta	19.879	174.605	237.163	-88,6%	-91,6%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	50.665	84.313	77.976	-39,9%	-35,0%
(-) Caixa Disponível ⁹	509.231	330.095	311.305	54,3%	63,6%
Dívida Líquida	(540.017)	(239.803)	(152.118)	125,2%	255,0%
EBITDA Anualizado¹⁰	510.804	288.539	186.134	77,0%	174,4%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	-	-	-

⁸ Dívida Líquida= Dívida bruta – (Caixa e Equivalentes de Caixa + Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e acordos judiciais firmados com credores).

⁹ Exclui o valor das aplicações financeiras dos recursos recebidos a título de AFAC e registrado na rubrica de Disponibilidade, uma vez, que esse recurso não pode ser utilizado para a liquidação da Dívida Bruta.

¹⁰ EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

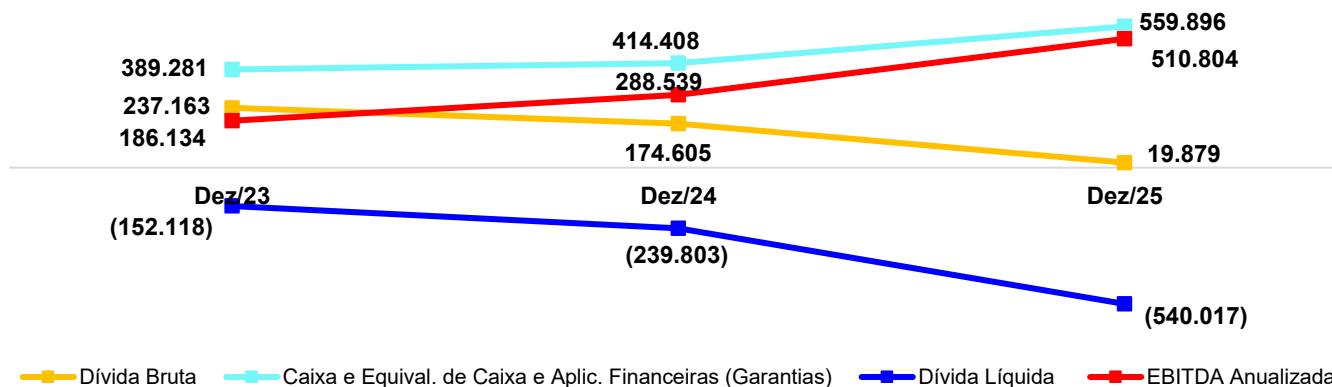
Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Em dezembro de 2025, a Telebras apresentou dívida líquida negativa, ou seja, o valor das disponibilidades e das aplicações financeiras superou o montante da dívida bruta. O saldo atingiu R\$ 540,0 milhões, comparado a R\$ 239,8 milhões em dezembro de 2024 e R\$ 152,1 milhões em dezembro de 2023, o que representa acréscimos de 125,2% e 255,0%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos.

Esse comportamento é explicado pela redução da dívida bruta, decorrente das amortizações realizadas ao longo do exercício, aliada à manutenção de um elevado volume de disponibilidades financeiras da Companhia.

Devido à condição de dívida líquida negativa, o indicador Dívida Líquida / EBITDA não é apresentado nos períodos divulgados, uma vez que a métrica perde sentido econômico nessa situação.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL

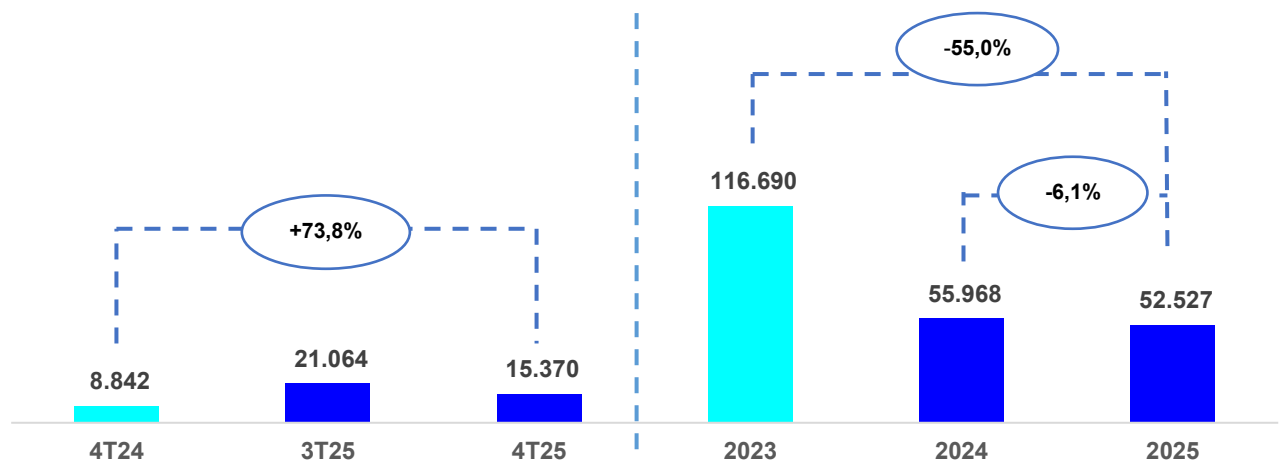
Cronograma de Amortização da Dívida Bruta - Moeda Nacional - R\$ Mil	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Arrendamento Mercantil Financeiro	5.093	4.502	3.701	3.517	3.018	48	19.879

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

R\$ mil	31/12/2025		
	Empréstimos e Financiamentos	Arrendamento Mercantil Financeiro	Acordos Judiciais
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2024	46.210	9.513	118.882
Adições		16.545	
Juros e Variação Monetária do Período	(209)	868	14.108
Juros Pagos	(224)	-	(9.807)
Baixa para Resultado do Período		(868)	
Amortizações de principal	(45.777)	(6.179)	(123.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	19.879	-

INVESTIMENTOS EM BENS DE CAPITAL – CAPEX – R\$ MIL



No 4T25, a Telebras realizou investimentos de R\$ 15,4 milhões, ante R\$ 8,8 milhões no 4T24. Em relação ao 3T25, houve uma queda de 27,0%. No acumulado de 2025, foram investidos R\$ 52,5 milhões, o que representa uma redução de 6,1% em comparação a 2024 e de 55,0% em relação a 2023. A retração observada decorre, principalmente, das restrições orçamentárias enfrentadas pela Empresa nos dois últimos exercícios.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ mil	Trimestres				
	4T25	4T24	3T25	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	176.271	144.897	116.993	540.908	462.391
Serviços de Comunicação Multimídia	146.109	114.886	90.704	432.484	355.951
Locação de Capacidade Satelital	9.120	9.120	9.120	36.480	36.481
Aluguéis e Locações	7.734	6.831	7.184	28.382	26.918
Receita de Valor Adicionado	8.732	5.226	6.931	26.411	20.029
Compartilhamento de Receita	2.832	3.126	1.923	10.421	13.633
Outras Receitas	1.744	5.708	1.131	6.730	9.379
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(15.716)	(13.347)	(10.853)	(49.899)	(48.076)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	160.555	131.550	106.140	491.009	414.315
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	184.367	103.000	(50.005)	19.795	(125.775)
Meios de Conexão e Transmissão	(57.454)	(32.074)	(39.414)	(170.423)	(135.121)
Serviços de Terceiros	(36.583)	(44.153)	(40.050)	(153.128)	(173.875)
Pessoal (Exclui PISP)	(32.547)	(28.530)	(29.536)	(119.390)	(111.058)
Aluguéis e Locações	(21.764)	(16.119)	(11.751)	(62.049)	(50.467)
Tributos	(1.845)	(1.591)	(1.270)	(6.256)	(5.372)

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Compartilhamento de Infraestrutura	(952)	(504)	(951)	(3.877)	(3.803)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.415)	(930)	(831)	(2.807)	(2.752)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(848)	(191)	324	(1.733)	(411)
Material	(7)	(7)	(52)	(76)	(809)
Equivalência Patrimonial	1.404	409	23	369	(1.013)
Outras Despesas Operacionais	(10.084)	(1.917)	(5.001)	(23.886)	(14.792)
Outras Receitas Operacionais	346.462	228.607	78.504	563.051	373.698
EBITDA	344.922	234.550	56.135	510.804	288.540
Margem EBITDA	214,8%	178,30%	52,89%	104,03%	69,64%
Depreciação e Amortização	(64.696)	(69.454)	(69.063)	(274.104)	(270.044)
EBIT	280.226	165.096	(12.928)	236.700	18.496
Resultado Financeiro	(14.833)	(25.971)	(12.682)	(54.264)	(85.068)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	265.393	139.125	(25.610)	182.436	(66.572)
DEDUÇÕES DO RESULTADO	(41.932)	-	-	(41.932)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.932)	-	-	(41.932)	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	223.461	139.125	(25.610)	140.504	(66.572)
Margem Líquida	139,2%	105,76%	-24,13%	28,62%	-16,07%
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	2,4266	1,6106	(0,2862)	1,5258	(0,7707)

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

ANEXO II

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Total Ativo	4.412.466	4.089.985	4.003.587
Circulante	2.310.040	1.776.003	1.607.349
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.514	425.387	380.712
Contas a Receber de Clientes	448.342	233.301	176.885
Tributos a Compensar/Recuperar	204.516	178.044	177.601
Depósitos Judiciais	7.311	7.364	6.903
Aplicações Financeiras	822.352	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	103.565	84.429	12.270
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	1.945	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	23.495	23.181	28.681
Não Circulante	2.102.426	2.313.982	2.396.238
Aplicações Financeiras	53.949	86.686	80.682
Tributos a Compensar/Recuperar	3.795	8.282	11.634
Superávit - Previdência Privada	185.037	143.216	15.726
Dividendos a Receber	-	5.456	5.456
Depósitos Judiciais	52.566	48.726	45.542
Outros Ativos Realizáveis	6.667	12.381	22.569
Realizável a Longo Prazo	302.014	304.747	181.609
Investimentos	76.332	80.124	70.084
Imobilizado	1.697.499	1.909.708	2.121.373

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Intangível	26.581	19.403	23.172
Total Passivo	4.412.466	4.089.985	4.003.587
Circulante	367.137	314.577	280.660
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	21.583	13.331	13.114
Fornecedores	151.794	144.636	122.719
Tributos Diretos	41.932	-	-
Tributos Indiretos	16.844	23.499	3.466
Receitas Diferidas	44.406	44.406	62.812
Empréstimos e Financiamentos	5.093	51.584	51.034
<i>Financiamento FINEP</i>	-	46.210	45.710
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	5.093	5.374	5.324
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.416	4.877	4.295
Credores por Perdas Judiciais	-	16.635	16.436
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	2.191	1.828	1.766
Subvenções Orçamentárias a Realizar	52.741	59	-
Outras Obrigações	25.137	13.722	5.018
Não Circulante	2.293.240	2.293.396	2.297.276
Empréstimos e Financiamentos	14.786	4.139	53.689
<i>Financiamento FINEP</i>	-	-	44.892
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	14.786	4.139	8.797
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	66.303	59.881	54.590
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	19.075	20.923	21.910
Credores por Perdas Judiciais	-	102.247	116.004
Grupamento de Ações	680	680	680

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.951.045	1.831.921	1.740.318
Receitas Diferidas	241.351	273.605	310.085
Patrimônio Líquido	1.752.089	1.482.012	1.425.651
Capital Social	3.719.535	3.474.498	3.474.498
Prejuízos Acumulados	(1.999.280)	(2.139.784)	(2.073.212)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.945	35.153	24.476
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)
Recursos Capitalizáveis - AFAC	-	112.256	-

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

ANEXO III

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres					
R\$ mil	4T25	4T24	3T25	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	265.393	139.125	(25.610)	182.436	(66.572)
Ajustes por:					
Depreciação e Amortização	64.695	69.453	69.064	274.104	270.044
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.821	32	697	3.775	(76)
V. Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.427	1.734	1.208	6.484	6.298
Receitas Diferidas - Realizações	(9.120)	(9.120)	(9.120)	(36.480)	(54.886)
Equivalência Patrimonial	(1.404)	(407)	(23)	(369)	1.013
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	67.622	49.785	67.317	249.981	189.369
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	952	-	(209)	3.651
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	1.378	219	(312)	3.292	624
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	3.970	3.553	2.302	14.108	12.999
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(1.177)	(955)	(1.174)	(4.535)	(3.644)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.415	931	831	2.807	2.752
Despesas Financeiras - Apropriação de Juros a Incorrer - IFRS 16	283	160	132	868	741
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	(1.366)	-	-	2.666
Ganho na Baixa de Passivo	-	(598)	-	(76)	(2.297)
Superávit de Previdência Privada	(102.225)	(212.038)	(32.502)	(134.727)	(212.038)
Perda na Baixa de Ativos - Tributos	4.795	2.963	-	4.795	2.963
Recuperação de Créditos Tributários	(3.744)	(2.150)	829	-	-
Subvenções Realizadas - Contrato de Gestão	(234.446)	-	-	(234.446)	-
Outras Receitas e Despesas	-	-	91	91	-

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Subtotal	(203.710)	(96.852)	99.340	149.463	220.179
Mutações Patrimoniais:					
Contas a Receber de Clientes	(24.342)	(56.014)	(63.987)	(242.191)	(59.168)
Tributos a Recuperar	(14.559)	(8.827)	(7.660)	(18.886)	(54)
Depósitos Judiciais	351	18	(394)	-	-
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(2.545)	(4.870)	8.081	8.252	217
Fornecedores	(104.918)	(54.681)	30.061	7.425	1.298
Outras Contas Ativas e Passivas	34.250	24.524	(37.986)	(7.502)	43.723
Subtotal	(111.763)	(99.850)	(71.885)	(252.902)	(13.984)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais					
Pagamento de Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(2.597)	(909)	(471)	(4.777)	(1.549)
Pagamento de IRPJ/CSLL Estimados	-	-	-	(7.894)	-
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-	(399)	(1)	(224)	(2.530)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(283)	(160)	(132)	(868)	(741)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(2.277)	(20)	(288)	(3.298)	(350)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(231)	(3.526)	(2.823)	(9.807)	(12.817)
Subtotal	(5.388)	(5.014)	(3.715)	(26.868)	(17.987)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	(55.468)	(62.591)	(1.870)	52.129	121.636
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(10.274)	(11.759)	(5.096)	(25.584)	(41.772)
Aplicações Financeiras - Resgate	-	-	-	39.973	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(10.274)	(11.759)	(5.096)	14.389	(41.772)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Credores por Perdas Judiciais - Principal	(116.237)	(7.113)	(1.599)	(123.183)	(13.740)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	-	(11.413)	-	(45.777)	(45.513)

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2018

Pagamentos - Financiamento de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(1.598)	(1.396)	(1.494)	(6.179)	(5.425)
Recebimento de Parcela de Superávit - Previdência Privada	25.731	5.355	23.424	92.638	14.999
Recebimento de Subvenções Orçamentárias - Contrato de Gestão	287.186	-	-	287.186	-
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	(1)	531	67	1.924	14.490
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	195.081	(14.036)	20.398	206.609	(35.189)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	129.339	(88.386)	13.432	273.127	44.675
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	698.514	425.387	569.175	698.514	425.387
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	569.175	513.773	555.743	425.387	380.712
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	129.339	(88.386)	13.432	273.127	44.675

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE

Presidente

ANDRE CHAGAS LEITE DA FONSECA

Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO

Diretoria Comercial

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretoria de Governança (Interina)

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA

Contador CRC/DF 008412/0-9

Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras

Comentários dos Diretores

Art. 10, inciso III da Instrução CVM nº 81/22

2.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O comportamento das principais rubricas patrimoniais no período de 2023 a 2025, assim como as explicações referentes às variações mais relevantes, são apresentados a seguir.

R\$ mil	Exercícios findos em:									
	2025				2024				2023	
	Valor	AV%	AH% - 2024	AH% - 2023	Valor	AV%	AH% - 2023	AH% - 2022	Valor	AV%
Ativo Circulante	2.310.040	52,35%	30,1%	43,7%	1.776.003	43,4%	10,5%	16,2%	1.607.349	40,1%
Ativo Não Circulante	2.102.426	47,65%	-9,1%	12,3%	2.313.982	56,6%	-3,4%	-7,7%	2.396.238	59,9%
Realizável a Longo Prazo	302.014	6,84%	-0,9%	66,3%	304.747	7,5%	67,8%	99,9%	181.609	4,5%
Investimentos	76.332	1,73%	-4,7%	8,9%	80.124	2,0%	14,3%	6,6%	70.084	1,8%
Imobilizado	1.697.499	38,47%	11,1%	20,0%	1.909.708	46,7%	10,0%	15,3%	2.121.373	53,0%
Intangível	26.581	0,60%	37,0%	14,7%	19.403	0,5%	16,3%	23,6%	23.172	0,6%
Ativo Total	4.412.466	100,00%	7,9%	10,2%	4.089.985	100,0%	2,2%	1,4%	4.003.587	100,0%
Passivo Circulante	367.137	8,32%	16,7%	30,8%	314.577	7,7%	12,1%	-2,2%	280.660	7,0%
Passivo Não Circulante	2.293.240	51,97%	0,0%	-0,2%	2.293.396	56,1%	-0,2%	6,2%	2.297.276	57,4%
Passivo Exigível	2.660.377	60,29%	2,0%	3,2%	2.607.973	63,8%	1,2%	5,1%	2.577.936	64,4%
Patrimônio Líquido	1.752.089	39,71%	18,2%	22,9%	1.482.012	36,2%	4,0%	-4,7%	1.425.651	35,6%
Passivo Total	4.412.466	100,00%	7,9%	10,2%	4.089.985	100,0%	2,2%	1,4%	4.003.587	100,0%

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Indicadores Financeiros	Medida	2025	2024	2023
Liquidez Corrente	Índice	7,1339	6,5339	7,3122
Liquidez Geral	Índice	6,1667	4,5427	3,8399
Composição do Endividamento	%	76,19%	58,98%	46,88%

Grau de Endividamento	%	9,60%	11,20%	11,61%
Participação de Capital de Terceiros	%	10,64%	12,65%	13,20%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Ativo Circulante – O Ativo Circulante ao final de 2025 apresentou aumento de 30,1% e 43,7% em relação aos anos de 2024 e 2023, respectivamente. Esse crescimento, quando comparado aos exercícios anteriores, é explicado principalmente pelos aumentos nas Disponibilidades, no Contas a Receber e pelo reconhecimento do Superávit de Previdência Privada.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 9,1% em comparação ao ano de 2024 e de 12,3% em relação a 2023. Esse comportamento decorre principalmente de:

i) transferências para o Ativo Circulante de valores anteriormente registrados no Realizável a Longo Prazo, relativos a Despesas Antecipadas; e ii) impacto da Depreciação e Amortização do Ativo Imobilizado e Intangível, cujos montantes superaram os ingressos verificados no período.

Essa redução, contudo, foi parcialmente compensada pelo reconhecimento do Superávit de Previdência Privada no exercício de 2025.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica, na comparação entre o exercício de 2025 e os exercícios de 2024 e 2023, apresentou um aumento de 16,7% em relação ao ano de 2024 e uma redução de 30,8% quando comparado ao ano de 2023. O crescimento frente a 2024 é explicado pelo aumento dos valores relativos aos tributos diretos e indiretos, decorrente do resultado positivo do exercício (no caso dos tributos diretos), bem como pelo reconhecimento do superávit de previdência privada, que impactou as contribuições para PIS e COFINS.

Outro fator que contribuiu para esse aumento foi o recebimento de subvenções orçamentárias, cujo montante não foi integralmente realizado no exercício.

Esses incrementos foram parcialmente amortizados pela baixa das dívidas de financiamento junto à FINEP, assim como pelos pagamentos de valores devidos à PREVI e à FUNCEF.

Passivo Não Circulante - O Passivo Não Circulante manteve-se estável na comparação entre os exercícios de 2024 e 2023. Embora tenha ocorrido a baixa de dívidas de financiamentos e de obrigações com credores decorrentes de acordos judiciais, outros eventos contábeis compensaram essas reduções. Como resultado, o grupo apresentou comportamento praticamente inalterado no período.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2025, quando comparado aos exercícios de 2024 e 2023, apresentou crescimento de 18,2% e 22,9%, respectivamente. Esse desempenho é explicado pelos aumentos de capital realizados em 2025, bem como pelo Lucro Líquido registrado no período.

b) estrutura de capital

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 3.719.535, representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	79.217.555	94,79%	União Federal	16.153.616	87,76%	União Federal	95.371.171	93,52%
FINEP	3.231.600	3,87%	FINEP	0	0,00%	FINEP	3.231.600	3,17%
Outros Acionistas	1.126.564	1,35%	Outros Acionistas	2.253.875	12,24%	Outros	3.380.439	3,31%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	83.575.912	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	101.983.403	100,00%

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2022:

Capitais	2025	2024	2023
Capital Próprio	90,38%	88,54%	86,85%
Capital de Terceiros	9,62%	11,46%	13,15%

Para o cálculo da composição do capital total (tabela acima) aplicado na Companhia, foi realizada a reclassificação das rubricas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Receitas Diferidas (registradas no Passivo) e das Despesas Pagas Antecipadamente (registrada no Ativo) para o Patrimônio Líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Indicadores Financeiros	Medida	2025	2024	2023
Liquidez Corrente	Índice	7,1339	6,5339	7,3122
Liquidez Geral	Índice	6,1667	4,5427	3,8399
Composição do Endividamento	%	76,19%	58,98%	46,88%
Grau de Endividamento	%	9,60%	11,20%	11,61%
Participação de Capital de Terceiros	%	10,64%	12,65%	13,20%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

No exercício de 2025 a Telebras apresentou boa capacidade de honrar os seus compromissos financeiros assumidos conforme demonstram os seus índices de liquidez: Índice de Liquidez corrente de 7,1339 e Índice de Liquidez Geral de 6,1667.

Estes índices demonstram que a empresa possui recursos de curto prazo e longo prazo

suficientes para pagar seus compromissos de curto prazo e longo prazo.

Seu grau de endividamento e a composição do endividamento está relativamente baixo – 9,60% e 76,19% respectivamente - indicando que há pouca dependência do capital de terceiros.

Outro fato que contribui para o relativo conforto é a situação de classificação da Telebras como Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2020. Nessa situação, a Companhia passou a receber recursos orçamentários para pagamento de Pessoal, Outros Custeios e Investimentos.

A Empresa também mantém operações com instrumentos financeiros com limites de exposição a riscos de crédito aprovados pela administração. Seus instrumentos financeiros são inerentes às suas operações, e não há operações em mercado de derivativos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento dos investimentos em ativos não circulantes e para a composição do capital de giro no exercício de 2025, a Telebras contou, como principal fonte de recursos, com recursos próprios provenientes das operações da Companhia. Adicionalmente, foram utilizados recursos orçamentários recebidos sob a forma de subvenções, em razão da condição de dependência constante no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Além dessas fontes, a Telebras também recebeu recursos destinados à quitação de passivos, cuja origem está vinculada ao Contrato de Gestão celebrado no presente exercício com o Ministério das Comunicações.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para o financiamento de seu capital de giro, a Telebras contará, parcialmente, com o incremento de suas receitas operacionais, bem como com recursos aplicados em fundos de curto prazo no mercado financeiro ao longo do exercício de 2025. Desde 2020, a Companhia passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente, condição que influencia diretamente sua estratégia de financiamento.

Em 2025, foi celebrado o Contrato de Gestão com o Ministério das Comunicações, com vigência de cinco anos. A partir desse instrumento, a Companhia passa a receber recursos orçamentários sob a forma de subvenções, destinados ao pagamento de seus

custos e despesas operacionais. Esses fatores contribuirão para que a Telebras administre adequadamente seu capital de giro.

No que se refere aos investimentos em ativos não circulantes, caso haja necessidade de cobertura de eventuais deficiências de liquidez, a Companhia deverá recorrer a aportes de seus acionistas, à utilização de recursos próprios provenientes da geração de receitas e ao acesso a recursos orçamentários, em função de sua condição de estatal dependente.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

No exercício de 2025, a Telebras realizou de forma antecipada a liquidação integral de sua dívida junto à FINEP, reforçando sua capacidade de gestão financeira e contribuindo para a redução de encargos futuros.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui empréstimos e financiamento ao final do exercício de 2025.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

No exercício de 2025 não houve alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

2.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:**
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
 - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**
- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos**

principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2025, quando comparado aos exercícios de 2024 e 2023, é apresentado a seguir, acompanhado das explicações referentes às principais variações observadas entre os períodos analisados.

R\$ mil	2025	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	540.908	462.391	470.052
Serviços de Comunicação Multimídia	432.484	355.951	356.511
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.481	36.481
Aluguéis e Locações	28.382	26.918	24.851
Receita de Valor Adicionado	26.411	20.029	18.073
Compartilhamento de Receita	10.421	13.633	19.640
Outras Receitas	6.730	9.379	14.496
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(49.899)	(48.076)	(53.212)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	491.009	414.315	416.840
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	19.795	(125.775)	(230.707)
Meios de Conexão e Transmissão	(170.423)	(135.121)	(136.851)
Serviços de Terceiros	(153.128)	(173.875)	(159.570)
Pessoal	(119.390)	(111.058)	(106.908)
Aluguéis, Locações e Seguros	(62.049)	(50.467)	(50.936)
Tributos	(6.256)	(5.372)	(5.296)
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)	(5.379)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)	(1.314)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.733)	(411)	(1.231)
Material	(76)	(809)	(2.181)
Equivalência Patrimonial	369	(1.013)	(2.254)
Outras Despesas Operacionais	(23.886)	(14.792)	(55.659)
Outras Receitas Operacionais	563.051	373.698	296.872
EBITDA	510.804	288.540	186.133
Margem EBITDA	104,03%	69,64%	44,65%
Depreciação e Amortização	(274.104)	(270.044)	(253.540)
EBIT	236.700	18.496	(67.407)
Resultado Financeiro	(54.264)	(85.068)	(59.950)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	182.436	-	-

DEDUÇÕES DO RESULTADO	(41.932)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(41.932)	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	140.504	(66.572)	(127.357)
<i>Prejuízo por Ação (R\$)</i>	<i>1,5258</i>	<i>(0,7707)</i>	<i>(1,4743)</i>

1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil	2025	2024	2023	$\frac{\Delta}{X}$ $\frac{2025}{2024}$	$\frac{\Delta}{X}$ $\frac{2025}{2023}$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	540.908	462.391	470.052	17,0%	15,1%
Serviços de Comunicação Multimídia	432.484	355.951	356.511	21,5%	21,3%
Locação de Capacidade Satelital	36.480	36.481	36.481	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações	28.382	26.918	24.851	5,4%	14,2%
Receita de Valor Adicionado	26.411	20.029	18.073	31,9%	46,1%
Compartilhamento de Receita	10.421	13.633	19.640	-	-
Outras Receitas	6.730	9.379	14.496	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(49.899)	(48.076)	(53.212)	3,8%	-6,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	491.009	414.315	416.840	18,5%	17,8%

No acumulado de 2025, a receita somou R\$ 491,0 milhões, ante R\$ 414,3 milhões registrados em 2024 e R\$ 416,8 milhões em 2023, o que representa um crescimento de 18,5% e 17,8% na comparação anual, respectivamente. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelos reajustes aplicados aos contratos e pelo início da prestação de serviços a novos clientes.

O comportamento da receita bruta por serviço no exercício de 2025, em comparação ao exercício de 2024, foi o seguinte:

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM): A receita de SCM em 2025 totalizou R\$ 432,5 milhões, ante R\$ 356,0 milhões registrados em 2024 e R\$ 356,5 milhões em 2023, representando crescimento de 21,5% e 21,3% em relação aos mesmos

períodos dos dois anos anteriores, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, de: (i) início da prestação de serviços a novos clientes; e (ii) reajustes anuais aplicados aos preços dos contratos, especialmente no âmbito do programa GESAC, ao longo dos períodos comparados.

Locação de Capacidade Satelital: Esse produto manteve-se estável na comparação entre os exercícios de 2025, 2024 e 2023, registrando receita de R\$ 36,5 milhões. Esse montante corresponde ao reconhecimento da receita relacionada à cessão de capacidade satelital ao Ministério da Defesa.

Aluguéis e Locações – Outras: A rubrica compreende o aluguel de cabos ópticos, a locação de roteadores e o aluguel de infraestrutura do segmento satelital, decorrente do contrato de parceria com a Viasat. Em 2025, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 28,4 milhões, ante R\$ 26,9 milhões registrados em 2024 e R\$ 24,9 milhões em 2023, representando aumentos de 5,4% e 14,2%, respectivamente.

Compartilhamento de Receitas: Em 2025, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 10,4 milhões, ante R\$ 13,6 milhões em 2024 e R\$ 19,6 milhões em 2023 — uma redução de 23,6% na comparação com 2024 e de 46,9% em relação a 2023. Essa diminuição decorre do menor volume de recursos recebidos da Viasat ao longo dos períodos analisados.

Serviço de Valor Adicionado: Em 2025, a receita de SVA totalizou R\$ 26,4 milhões, ante R\$ 20,0 milhões em 2024 e R\$ 18,1 milhões em 2023, o que representa crescimento de 31,9% na comparação com 2024 e de 46,1% em relação a 2023. Esse aumento decorre da expansão do portfólio de serviços de valor adicionado, que impulsionou a demanda e ampliou a participação dessa linha no resultado operacional da Companhia.

Outras Receitas: As Outras Receitas totalizaram R\$ 6,7 milhões em 2025, ante R\$ 9,4 milhões registrados em 2024 e R\$ 14,5 milhões em 2023, e correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de Wi-Fi, abrangendo os programas Wi-Fi Brasil, Wi-Fi Telebras e Wi-Fi Externo. Em 2025, esse conjunto de serviços apresentou redução de 28,2% em relação ao montante registrado em 2024 e de 53,6% na comparação com 2023. Apesar do aumento no número de clientes atendidos em comparação ao ano anterior, o resultado apresentou retração devido à diminuição dos pontos ativos do Programa GESAC, o que reduziu a receita no período.

2. CUSTOS E DESPESAS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (EXCETO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

R\$ mil	2025	2024	2023	$\frac{\Delta}{X}$ $\frac{2025}{2024}$	$\frac{\Delta}{X}$ $\frac{2025}{2023}$
Serviços de Terceiros	(153.128)	(173.875)	(159.570)	11,9%	-4,0%
Meios de Conexão e Transmissão	(170.423)	(135.121)	(136.851)	26,1%	24,5%

Pessoal	(119.390)	(111.058)	(106.908)	7,5%	11,7%
Aluguéis, Locações e Seguros	(62.049)	(50.467)	(50.936)	22,9%	21,8%
Tributos	(6.256)	(5.372)	(5.296)	16,5%	18,1%
Compartilhamento de Instalações	(3.877)	(3.803)	(5.379)	1,9%	- 27,9%
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.807)	(2.752)	(1.314)	2,0%	113,6 %
Materiais	(76)	(809)	(2.181)	- 90,6%	- 96,5%
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.733)	(411)	(1.231)	321,7 %	40,8%
Total	(519.739)	(483.668)	(469.666)	7,5%	10,7%

Em 2025, os Custos e Despesas registraram crescimento de 7,5% em relação a 2024 e de 10,7% quando comparados a 2023, alcançando R\$ 519,7 milhões (ante R\$ 483,7 milhões em 2024 e R\$ 469,7 milhões em 2023).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: Em 2025, os custos de conexão e transmissão apresentaram aumento de 26,1% em relação a 2024 e de 24,5% quando comparados a 2023, totalizando R\$ 170,4 milhões, ante R\$ 135,1 milhões registrados em 2024 e R\$ 136,9 milhões em 2023. Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD – última milha) e com Backbone, que registraram elevações de 35,8% e 0,5%, respectivamente, na comparação anual. O incremento mais expressivo em EILD reflete a contratação de serviços de conexão satelital, necessária para atender à demanda dos serviços prestados pela Telebras.

Adicionalmente, contribuiu para o aumento desses custos o reconhecimento da taxa de instalação de meios de conexão, no valor de R\$ 12,8 milhões, relacionada ao contrato de swap firmado com a operadora TIM, o que reforçou a elevação observada no período.

PESSOAL: Em 2025, os custos e despesas com Pessoal apresentaram aumento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 11,7% quando comparados ao exercício de 2023. Esse acréscimo decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) concessão de promoções oriundas do processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores; ii) reposição das perdas salariais prevista no

acordo coletivo vigente; e iii) expansão do quadro de colaboradores, necessária para sustentar o crescimento das operações e viabilizar a execução das iniciativas estratégicas da companhia.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: Os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram redução de 11,9% em 2025, quando comparados ao mesmo período de 2024. Em relação a 2023, a queda foi de 4,0%. Essa diminuição decorre, principalmente, da redução dos gastos com a manutenção da planta terrestre e satelital, bem como da diminuição dos custos e despesas relacionados à manutenção de hardware e softwares utilizados pelas áreas de operação e administração nos períodos analisados. Esse movimento reflete, sobretudo, os efeitos do reconhecimento e da reversão de provisões, bem como do encerramento de contratos ao longo do exercício

Aluguéis, Locações e Seguros: A rubrica apresentou aumento de 22,9% na comparação com o exercício de 2024 e de 21,8% em relação a 2023. Esse crescimento decorre, principalmente, da elevação dos custos de locação de equipamentos para conexão e operação satelital, registrada no período em razão da contratação de outras operadoras de satélite, além da Viasat, para atender às demandas dos serviços prestados.

3. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ	Δ
				$\frac{2025}{2024} \times 100$	$\frac{2025}{2023} \times 100$
Depreciação e Amortização	(274.104)	(270.044)	(253.540)	1,5%	8,1%

A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou aumento de 1,5% na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024 e de 8,1% em relação ao ano de 2023. Esse crescimento decorre, principalmente, das transferências de bens anteriormente classificados como “em andamento” para a condição de “em serviço”, ao longo desses períodos, passando, assim, a integrar a base depreciable.

Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do número de ativos que atingiram a condição de totalmente depreciados, o que reduziu o impacto líquido dessa despesa no exercício, bem como pelas baixas de bens realizadas nos exercícios anteriores em decorrência do processo de inventário patrimonial.

4. RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	2025	2024	2023	$\Delta \frac{2025}{X \ 2024}$	$\Delta \frac{2025}{X \ 2023}$
Resultado de Equivalência Patrimonial	369	(1.013)	(2.254)	136,4%	116,37%

O Resultado de Equivalência Patrimonial reflete a participação da Telebras (49%) no resultado da coligada Visiona ao longo dos períodos analisados. Em 2025, a coligada registrou Lucro Líquido de R\$ 0,8 milhão, ante um prejuízo de R\$ 2,1 milhões em 2024 e de R\$ 4,6 milhões em 2023.

O desempenho positivo de 2025 resultou em um efeito favorável de R\$ 0,4 milhão no Resultado de Equivalência Patrimonial. Já nos exercícios de 2024 e 2023, os reflexos foram negativos em R\$ 1,0 milhão e R\$ 2,3 milhões, respectivamente, acompanhando o resultado deficitário apurado pela coligada nesses anos.

5. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ mil	2025	2024	2023	$\Delta \frac{2025}{X \ 2024}$	$\Delta \frac{2025}{X \ 2023}$
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	406.942	158.402	240.187	156,9%	69,4%
Superávit de Previdência Privada (ii)	134.727	212.038	33.912	-36,5%	297,3%
Recuperação de Tributos – Créditos sobre Insumos (iii)	17.575	20.538	9.450	-14,4%	86,0%
Ativos Contingentes (iv)	14.960	-	-	100,0%	100,0%
Rever. de Prov. p/ Riscos Trab., Cíveis, Fiscais	1.421	574	9.213	147,6%	-84,6%
Outras Receitas Operacionais	1.296	4.994	3.693	-74,0%	-64,9%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais (v)	(13.870)	(22.848)	-	-39,3%	100,0%
Total	563.051	373.698	296.872	50,7%	89,7%
Outras Despesas Operacionais					
Tributos	(7.912)	(6.116)	(10.835)	29,4%	-27,0%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(5.196)	(498)	(962)	943,4%	440,1%
Multas sobre Contas a Receber – Contratos	(4.874)	(3.568)	(40.034)	36,6%	-87,8%
Multas sobre Obrigações com Fornecedores	(3.029)	-	-	10,0%	100,0%
Baixa de Ativo Imobilizado	-	(2.666)	(383)	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas Operacionais	(2.875)	(1.944)	(3.445)	47,9%	-16,5%
Total	(23.886)	(14.792)	(55.659)	61,5%	-57,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	539.165	358.906	241.213	50,2%	123,5%

No ano de 2025, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais, deduzidas de Outras Despesas Operacionais, apresentou saldo positivo de R\$ 539,2 milhões (R\$ 358,9 milhões em 2024 e R\$ 241,2 milhões em 2023). Esse desempenho representa um crescimento de 50,2% em relação ao exercício de 2024 e de 123,5% em comparação a 2023.

As principais variações observadas ao longo do período concentraram-se nas seguintes rubricas:

i) Subvenções Orçamentárias Recebidas: A partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como Empresa Estatal Dependente e, com isso, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas de pessoal, custeio e investimentos. Os recursos destinados a pessoal e demais custeios são reconhecidos no resultado da Companhia à medida que são realizados, conforme o CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. Já os recursos voltados a investimentos são registrados no passivo não circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 2025, a Telebras reconheceu R\$ 406,9 milhões no resultado (ante R\$ 158,2 milhões em 2024 e R\$ 240,2 milhões em 2023), representando um aumento de 156,9% e 69,4%, respectivamente. Esse crescimento decorre, principalmente, dos recursos recebidos para quitação do financiamento junto à FINEP e dos valores vinculados ao contrato de gestão, destinados ao pagamento de obrigações da Companhia.

ii) Superávit de Previdência Privada: Trata-se do reconhecimento dos superávits relativos aos planos PBS-A, PBS-Telebras e Telebrasprev, que serão repassados à Telebras pela Sistel em 36 parcelas mensais, sujeitas ou não à atualização monetária conforme a rentabilidade do respectivo plano, de acordo com as regras estabelecidas em seus regulamentos.

No exercício de 2025, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 132,7 milhões (R\$ 212,0 milhões em 2024 e R\$ 33,9 milhões em 2023), correspondente ao direito de recebimento dos superávits dos planos de previdência complementar patrocinados pela Telebras.

iii) Recuperação de Créditos Tributários: Em 2025, a Telebras registrou o montante de R\$ 17,6 milhões (R\$ 20,5 milhões em 2024 e R\$ 9,5 milhões em 2023), referente ao reconhecimento de créditos tributários de PIS e COFINS. Tais créditos são utilizados na apuração das contribuições, compensando o valor devido pela Companhia, conforme previsto na legislação tributária aplicável.

iv) Tributos sobre Outras Receitas Operacionais: A redução de 39,3% em relação ao exercício de 2024 decorre, principalmente, da diminuição dos eventos reconhecidos no resultado do período classificados como outras receitas operacionais e que são sujeitos à incidência de PIS e Cofins. A menor geração desses eventos no exercício reduziu a base tributável e, conseqüentemente, o montante registrado nessa rubrica.

6. RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicações Financeiras (i)	194.343	116.459	155.382	66,9%	25,1%
Juros sobre Superavit Previdência Privada (ii)	18.867	2.610	1.439	622,9%	1211,1%
Juros sobre Tributos	12.724	10.871	12.221	17,0%	4,1%
Juros sobre Depósitos Judiciais	4.534	3.644	4.142	24,4%	9,5%
Descontos Financeiros sobre Passivos	2.808	-	-	100,0%	100,0%
Outras Receitas	254	867	294	-70,7%	-13,6%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(10.649)	(6.107)	(7.840)	74,4%	35,8%
Total	222.881	128.344	165.638	73,7%	34,6%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(249.981)	(189.369)	(198.416)	32,0%	26,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(14.247)	(12.998)	(13.678)	9,6%	4,2%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.484)	(6.298)	(6.775)	3,0%	-4,3%
Juros sobre Obrigações com Fornecedores	(2.568)	-	-	100,0%	100,0%
Variação Cambial sobre Obrigações com Fornecedores	(2.511)	-	-	100,0%	100,0%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(2.878)	(5.474)	-	-100,0%
Outras Despesas	(1.354)	(1.869)	(1.245)	-27,6%	8,8%
Total	(277.145)	(213.412)	(225.588)	29,9%	22,9%
Resultado Financeiro	(54.264)	(85.068)	(59.950)	-36,2%	-9,5%

No exercício de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 54,3 milhões (R\$ 85,1 milhões em 2024 e R\$ 60,0 milhões em 2023), representando melhora de 36,2% em relação a 2024 e de 9,5% em relação a 2023. As principais rubricas do resultado financeiro apresentaram os seguintes comportamentos:

i) Juros sobre Aplicações Financeiras: No exercício de 2025, a receita de juros sobre aplicações financeiras apresentou aumento de 66,9% em comparação com o ano de 2024 e de 25,1% em relação a 2023. Esse crescimento reflete as variações na taxa básica de juros (Selic), bem como o desempenho dos fluxos de caixa ao longo dos períodos analisados.

ii) Juros sobre Superavit Previdência Privada: No ano de 2025, o ganho de atualização monetária dos valores a receber relativos ao superávit de previdência privada foi 622,9% superior ao registrado em 2024 e 1.211,1% acima do apurado em

2023. Esse comportamento decorre dos montantes a receber reconhecidos pela Companhia ao longo de 2025.

ii) Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC): No ano de 2025, os juros sobre o AFAC apresentaram aumento de 32,0% e 26,0% em relação aos anos de 2024 e 2023, respectivamente. Essa variação decorre das alterações na taxa Selic, bem como dos aportes recebidos nos exercícios de 2024 e 2023 que ainda não foram objeto de capitalização.

7. RESULTADO RECORRENTE

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	140.504	(66.572)	(127.357)	-311,1%	-47,7%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)	(33.912)	-36,5%	297,3%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	12.462	19.614	3.137	-36,5%	297,3%
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(76)	(2.297)	(417)	-96,7%	-81,8%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666	383	-100,0%	-100,0%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	4.874	3.568	39.352	36,6%	-87,6%
(-) Ativos Contingentes	(14.960)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos s/ Ativo Contingente	1.384	-	-	100,0%	100,0%
(+) Ajuste de IRPJ/CSLL sobre Eventos Não recorrentes	31.188	-	-	100,0%	100,0%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício Recorrente	40.649	(255.059)	(118.814)	-115,9%	114,7%
Margem Líquida	8,3%	-61,6%	-28,5%	-113,4%	116,0%
Lucro/(Prejuízo) por Ação (R\$)	0,4414	-2,9526	-1,3754	-114,9%	114,7%

Em 2025, a Companhia apresentou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 40,6 milhões (R\$ 255,1 milhões em 2024 e R\$ 118,8 milhões em 2023), representando aumentos de 115,9% e 114,7%, respectivamente. O desempenho positivo no exercício de 2025, em relação aos períodos comparados, é explicado pelos seguintes fatores: i) aumento das receitas de prestação de serviços; ii) crescimento das subvenções orçamentárias recebidas e realizadas; iii) melhora do resultado financeiro; e iv) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

8. EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2025	2024	2023	$\Delta \frac{2025}{X \ 2024}$	$\Delta \frac{2025}{X \ 2023}$
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	140.504	(66.572)	(127.357)	311,1%	-
(+/-) Resultado Financeiro	54.264	85.068	59.950	-36,2%	-9,5%
(+) Depreciação e Amortização	274.104	270.044	253.540	1,5%	8,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	41.932	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA	510.804	288.540	186.133	77,0%	174,4%
Ajustes:					
(-) Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)	(33.912)	-36,5%	297,3%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	12.462	19.614	3.137	-36,5%	297,3%
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(76)	(2.297)	(417)	-96,7%	-81,8%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.307)	(5.219)	(5.175)	1,7%	2,6%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(867)	(741)	(1.034)	17,0%	-16,2%
(+) Equivalência Patrimonial	(369)	1.013	2.254	136,4%	116,4%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666	383	100,0%	100,0%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	4.874	3.568	40.078	36,6%	-87,8%
(-) Ativos Contingentes	(14.960)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos s/ Ativos Contingentes	1.384	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA Ajustado	373.218	95.106	191.447	292,4%	94,9%
Margem EBITDA	-104,0%	-69,6%	-44,7%	49,4%	133,0%
Margem EBITDA Ajustado	76,0%	23,0%	45,9%	231,1%	65,5%

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 156, de 23 de junho de 2022, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro.

Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicadores de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 373,2 milhões, ante R\$ 95,1 milhões em 2024 e R\$ 191,4 milhões em 2023, o que representa crescimento de 292,4% e 94,9%, respectivamente. Esse incremento decorre, essencialmente, de três fatores: i) expansão da Receita Operacional Líquida;

ii) aumento das Subvenções Orçamentárias Recebidas, destinadas ao pagamento de pessoal, outros custeios e obrigações vinculadas ao contrato de gestão; e iii) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 76,0% em 2025, comparada aos 23,0% registrados em 2024 e 45,9% em 2023, refletindo avanço de 231,1% em relação a 2024 e 65,5% quando comparada a 2023.

Quando desconsideradas as Subvenções Orçamentárias — que somaram R\$ 406,9 milhões em 2025, frente a R\$ 158,4 milhões em 2024 e R\$ 240,2 milhões em 2023 — o EBITDA Ajustado seria negativo em R\$ 33,7 milhões em 2025, ante R\$ 63,3 milhões negativos em 2024 e R\$ 48,8 milhões negativos em 2023, evidenciando melhora de 46,7% em comparação a 2024 e de 30,9% em relação a 2023. Nesse cenário, a Margem EBITDA Ajustada corresponderia a -6,9% em 2025, comparada a -15,3% em 2024 e -11,7% em 2023.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício de 2025, não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tivessem gerado efeitos significativos sobre as informações apresentadas neste período.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ênfases – Exercício 2024

Subvenção para Investimento – Reconhecimento Contábil Direto como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A partir de 2020, a Companhia passou a ser classificada como uma empresa Estatal Dependente e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos foram reconhecidos nos exatos termos do CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais. Contudo, entendendo que a Companhia deveria observar os ditames da macrofunção 021122, item 2.3 – Repasses de recursos para as empresas estatais, e sob interpretação de Parecer emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi tomada a decisão de reapresentar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2020 a 2022 e dos três primeiros trimestres de 2023, passando a registrar como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no Passivo Não Circulante, a parte destes recursos recebidos como Subvenção para Investimentos, adequando as demonstrações contábeis às práticas contábeis do controlador, embora os ajustes pudessem ser feitos diretamente pelo investidor (CPC 18 e CPC 36), bem como tendo como justificativa a aplicação do princípio da Primazia da Essência sobre a Forma (CPC 00), haja visto que recursos deste gênero certamente terão como destino o aumento de capital.

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 23 de fevereiro de 2026, contendo parágrafo de ênfase ressaltando que parte substancial das transações da coligada ocorreram com partes relacionadas e, portanto, o resultado das operações poderia ser diferente caso essas operações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa 16, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 2.191 mil e R\$ 19.075 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa 23, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.951.045 mil em 31 de dezembro de

2025. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Contrato de Gestão e Plano De Sustentabilidade Econômico-Financeira

Conforme mencionado na nota explicativa 1.4, em 05 de setembro de 2025, a Companhia celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações. O referido contrato, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, ressalta-se, contudo, que a Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. **introdução ou alienação de segmento operacional**
Não houve.
- b. **constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
Não houve.
- c. **eventos ou operações não usuais**
Não houve.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. **informar o valor das medições não contábeis**

R\$ mil	2025	2024	2023	Δ 2025 X 2024	Δ 2025 X 2023
EBITDA	510.804	288.540	186.133	77,00%	174,40%
EBITDA Ajustado	373.218	95.106	191.447	292,40%	94,90%
Margem EBITDA	-104,00%	-69,60%	-44,70%	49,40%	133,00%
Margem EBITDA Ajustado	76,00%	23,00%	45,90%	231,10%	65,50%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ mil	2025	2024	2023	$\Delta \frac{2025}{X \ 2024}$	$\Delta \frac{2025}{X \ 2023}$
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	140.504	(66.572)	(127.357)	311,1%	210,3%
(+/-) Resultado Financeiro	54.264	85.068	59.950	-36,2%	-9,5%
(+) Depreciação e Amortização	274.104	270.044	253.540	1,5%	8,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	41.932	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA	510.804	288.540	186.133	77,0%	174,4%
Ajustes:					
(-) Superávit de Previdência Privada	(134.727)	(212.038)	(33.912)	-36,5%	297,3%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	12.462	19.614	3.137	-36,5%	297,3%
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(76)	(2.297)	(417)	-96,7%	-81,8%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.307)	(5.219)	(5.175)	1,7%	2,6%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(867)	(741)	(1.034)	17,0%	-16,2%
(+) Equivalência Patrimonial	(369)	1.013	2.254	136,4%	116,4%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	-	2.666	383	100,0%	100,0%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	4.874	3.568	40.078	36,6%	-87,8%
(-) Ativos Contingentes	(14.960)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos s/ Ativos Contingentes	1.384	-	-	100,0%	100,0%
EBITDA Ajustado	373.218	95.106	191.447	292,4%	94,9%
Margem EBITDA	-104,0%	-69,6%	-44,7%	49,4%	133,0%
Margem EBITDA Ajustado	76,0%	23,0%	45,9%	231,1%	65,5%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 156, de 23 de junho de 2022, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicadores de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2025, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 373,2 milhões, ante R\$ 95,1 milhões em 2024 e R\$ 191,4 milhões em 2023, o que representa crescimento de 292,4% e 94,9%, respectivamente. Esse incremento decorre, essencialmente, de três fatores: i) expansão da Receita Operacional Líquida; ii) aumento das Subvenções Orçamentárias Recebidas, destinadas ao pagamento de pessoal, outros custeios e obrigações vinculadas ao contrato de gestão; e iii) crescimento dos custos e despesas operacionais em ritmo inferior ao das receitas.

A Margem EBITDA Ajustada atingiu 76,0% em 2025, comparada aos 23,0% registrados em 2024 e 45,9% em 2023, refletindo avanço de 231,1% em relação a 2024 e 65,5% quando comparada a 2023.

Quando desconsideradas as Subvenções Orçamentárias — que somaram R\$ 406,9 milhões em 2025, frente a R\$ 158,4 milhões em 2024 e R\$ 240,2 milhões em 2023 — o EBITDA Ajustado seria negativo em R\$ 33,7 milhões em 2025, ante R\$ 63,3 milhões negativos em 2024 e R\$ 48,8 milhões negativos em 2023, evidenciando melhora de 46,7% em comparação a 2024 e de 30,9% em relação a 2023. Nesse cenário, a Margem EBITDA Ajustada corresponderia a -6,9% em 2025, comparada a -15,3% em 2024 e -11,7% em 2023.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais,

indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

As regras para a retenção de lucros são estabelecidas de acordo com o que prescreve a Lei 6.404/76.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. Se houver saldo, o mesmo será rateado por todas as ações em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Telebras pratica a política de distribuição anual de dividendos, conforme previsto em seu estatuto social. Contudo, o estatuto contempla também a possibilidade de

antecipação de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, em proposta a ser enviada ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Quando da antecipação, o estatuto estabelece que os valores sejam corrigidos com base na variação da Taxa SELIC até a época de distribuição anual de dividendos, ocasião em que serão descontados dos valores a pagar aos acionistas.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados, a Telebras não realizou distribuição de dividendos nos 3 (três) últimos exercícios

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos nos 3 últimos anos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável o emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Telebras adota Política de Distribuição de Dividendos com a finalidade de estabelecer as diretrizes para a destinação dos lucros da Companhia. A referida Política foi aprovada pela Diretoria Executiva, em sua 1380ª REDIR, de 20.02.2018, e pelo Conselho de Administração na data de 22.02.2018.

A Política de Distribuição de Dividendos da Telebras está disponível para consulta no site <https://www.telebras.com.br/transparencia/politica-de-dividendos/>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não ocorreram no corrente exercício

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	2025	2024	2023
Cível	101.911	110.978	100.031
Tributária	26.136	26.083	25.348
Trabalhista	8406	2887	769
Total	136.453	139.948	126.148

Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	2025	2024	2023
Cíveis			
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	7.812	7.168	6.460
Ilegalidade na Venda de Ações	5.761	5.464	5.102
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	31.726	44.050	39.085
Outros Processos (ii)	56.612	54.296	49.384
Total	101.911	110.978	100.031
Trabalhistas			
Responsabilidade Subsidiária	6.045	1.141	154
Outros Processos	2.361	1.746	615
Total	8.406	2.887	769
Tributárias			

Natureza/Objeto das Ações:	2025	2024	2023
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	24.259	23.591	23.068
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49	49
Diversas Origens	1.828	2.443	2.231
Total	26.136	26.083	25.348
Total Geral	136.453	139.948	126.148

Situação dos principais processos:

i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. A Telefônica, sucessora da Telesp, alega que os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos foram destinados à Telesp na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia, atualmente, é objeto de debate em dois processos distintos, sendo certo que o terceiro processo que havia relacionado ao mesmo fato foi encerrado com provimento totalmente favorável à Telebras.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Companhia obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda, no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo retornou ao juízo de origem no ano de 2020 e aguarda andamento.

Quanto ao processo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial sobre a metodologia de cálculo por ela utilizada. Em 27 de novembro de 2023, o Juízo determinou nova intimação da perita, Edna Maria de Souza Brito, que informou não haver informações nos autos suficientes para a elaboração do laudo pericial. Requereu, então, autorização para que o laudo pericial seja feito por arbitramento. O Juízo determinou a intimação das partes para manifestação. A Telebras apresentou tempestivamente sua manifestação, requerendo, em síntese, o indeferimento do pedido realizado pela perita. A PREVI manifestou-se requerendo a fixação do valor a partir de prova documental constante dos autos. O processo aguarda decisão quanto a fixação do valor devido pela Telebras."

iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPQD) de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que a Fundação CPQD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPQD bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da *holding* Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

Decisão do STF – Eficácia da Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Com relação ao tema, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no dia 08 de fevereiro de 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações

financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

O efeito das provisões para riscos possíveis apresentados no item 10.6, poderá vir a afetar as demonstrações contábeis da Telebras caso ocorra a alteração de probabilidade de risco de a Companhia vir a ter uma decisão desfavorável no litígio com terceiros.

Neste caso, a Companhia deverá reconhecer uma provisão (passivo) no seu balanço patrimonial em contrapartida de uma despesa no resultado do exercício.

- b. natureza e o propósito da operação**

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais referente a questionamento de terceiros nos tribunais. No caso em comento, a Companhia divulga, mas não reconhece esse passivo em função do atendimento ao normativo contábil CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

O propósito da operação é dar ciência aos usuários das informações de que existe a possibilidade de vir a ocorrer uma mudança na opinião dos consultores jurídicos da Telebras sobre esses litígios (passando de uma probabilidade de perda avaliada como de risco possível para provável), e essa alteração faça com que um determinado valor não reconhecido nas peças contábeis da Companhia, possam vir a afetar sua posição financeira e econômica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais. O montante é de R\$ 136,5 milhões no exercício de 2025 (R\$ 139,9 milhões em 2023 – R\$ 126,1 milhões em 2023).

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
- ii. fontes de financiamento dos investimentos
- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Dentre os desafios constantes do Plano de Negócios da Companhia, destaca-se a busca de melhoria de resultados com o objetivo de alcançar a sustentabilidade econômico-financeira que a permita retornar à condição de estatal não-dependente nos próximos anos sem perder o foco de sua função estatal de atendimento as políticas públicas de telecomunicações.

O Plano de Negócios contempla a realização de negócios nos quais a Telebras já está inserida, destacando-se a disponibilização de conexão de alta velocidade para órgãos públicos, para provedores de internet e conexão de internet via satélite para escolas, unidades básicas de saúde e outros órgãos beneficiados pelo programa GESAC.

Para o exercício de 2025, a Lei nº 15.121/2025 (LOA 2025) previu investimentos da ordem de R\$ 91,9 milhões para as ações orçamentárias 21C8 – Operação da infraestrutura da rede de serviço de comunicação, 15UI – Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados (PNBL) e 2000 – Administração da Unidade.

Em setembro de 2025 a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras firmou o Contrato de Gestão com o Ministério das Comunicações (MCom), nos moldes estabelecidos pela Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025), permitindo assim a migração da empresa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) para o Programa de Dispêndios Globais (PDG) e Orçamento de Investimento (OI). A Portaria GM/MPO nº 339, de 23 de setembro de 2025, cancelou as dotações orçamentárias no OFSS e a Portaria MGI nº 8.249, de 25 de setembro de 2025, aprovou o orçamento da empresa no PDG.

Dessa forma, a dotação orçamentária de investimento para o período em que a Telebras era integrante do OFSS foi de R\$ 1,04 milhão e para a empresa na qualidade de integrando do OI foi de R\$ 53,64 milhões.

Valores em R\$ Milhões : em R\$ Milhões				
Ação	Descrição	Autorizado	Executado	Percentual
		Jan/Set 2025		
		(a)	(b)	c = (b / a)
2000	Administração da Unidade	0,89	0,89	100,0%
15UI	Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital	0,15	0,15	100,0%
Total		1,04	1,04	100,0%

Fonte: Sistema SIOP, 12/32026

Valores em R\$ Milhões				
Ação	Descrição	Autorizado	Executado	Percentual
		Set/Dez 2025	Set/Dez 2025	
		(a)	(b)	c = (b / a)
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamento	0,21	-	0%
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	2,42	2,37	98%
211S	Operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação - SGDC	2,30	2,03	88%
169X	Implantação de Infraestrutura da rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital	48,11	18,52	38%
169W	Benfeitorias em Bens da União por Empresas Estatais	0,60	-	0%
TOTAL		53,64	22,92	43%

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento: 26/1/2026

Os investimentos foram financiados com recursos do orçamento público ou da própria Companhia conforme disponibilidade financeira-orçamentária.

Não há desinvestimentos relevantes previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há, até o presente momento, previsão de aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que devam influenciar a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Dentre projetos em andamento que podem ser atribuídos à gestão da Telebras pela União, está o projeto da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (fixa/metropolitana) com topologia em anel e SD-WAN. Os investimentos e o desenvolvimento dessa rede estão a cargo da EAF – Empresa Administradora da Faixa de 3.5 GHz.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2025, a Companhia intensificou suas iniciativas nas dimensões ambiental, social e de governança (ESG), com foco na mitigação de impactos ambientais, no fortalecimento da diversidade, equidade e inclusão e no aprimoramento contínuo das práticas de governança corporativa.

Nesse eixo ambiental, a Telebras avançou na implementação de seu Modelo de Gestão Ambiental, referência interna voltada à estruturação de um Sistema de Gestão Ambiental eficaz e alinhado às melhores práticas do setor público. O modelo estabelece diretrizes e mecanismos para identificar, mitigar e monitorar impactos ambientais associados às operações de telecomunicações, promovendo a integração entre atividades corporativas e o meio ambiente. Nesse contexto, destaca-se o Plano de

Logística Sustentável (PLS), que abrange ações de análise de aspectos e impactos ambientais, gestão de resíduos, práticas de consumo consciente e programas de capacitação e conscientização voltados aos empregados e demais partes interessadas.

No âmbito da sustentabilidade social, a Companhia executou ações no âmbito do Programa Pró-Equidade em Gênero e Raça, 7ª Edição, iniciativa que estimula práticas de equidade nas organizações, com ênfase nas áreas de gestão e pessoas. Adicionalmente, participou das atividades do Grupo Executivo do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais, iniciativa do Ministério da

Gestão e Inovação no Serviço Público (MGI) voltada ao desenvolvimento de políticas públicas e ações integradas que ampliam a diversidade e a inclusão nas empresas estatais.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 05 de setembro de 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras celebrou Contrato de Gestão com seu órgão supervisor, o Ministério das Comunicações, em conformidade com a Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57, de 11 de agosto de 2025, que regulamenta o Decreto nº 12.500, de 11 de junho de 2025 e a Lei nº 13.303/2016.

O referido contrato tem como fundamento o art. 47 da Lei Complementar nº 101/2001, os arts. 6º, §§ 2º a 4º, e 48, §§ 6º a 8º, da Lei nº 15.080/2024, bem como as normas e regulamentações específicas editadas pelo órgão central do Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais – SISEST/MGI.

O Contrato de Gestão, celebrado pelo prazo de cinco anos, tem por finalidade a implementação do Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeira (PSEF) da Companhia com o objetivo de regular o processo de transição da Telebras para o regime de empresa estatal não dependente. Esse plano reúne o diagnóstico econômico-financeiro, o planejamento estratégico, as projeções de fluxo de caixa e de resultados, além de indicadores e metas de desempenho correspondentes ao período contratual.

Com a vigência do Contrato de Gestão, a Telebras passou a dispor de autonomia orçamentária e financeira, conforme previsto no art. 6º e § 7º do art. 48 da Lei nº 15.080/2024, submetendo-se, a partir de então, ao regime orçamentário e financeiro aplicável às empresas estatais não dependentes. Assim, a Companhia deixou de integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, passando a ter seu orçamento acompanhado no âmbito do Orçamento de Investimento (OI) e do Programa de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais federais, sob supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. Ressalta-se, contudo, que a Companhia permanece, até a efetiva conclusão do processo de transição, classificada como empresa estatal dependente.

HERMANO STUDART LINS DE ALBUQUERQUE

Presidente

**ANDRE CHAGAS LEITE DA
FONSECA**

Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretoria Administrativo-Financeira e de
Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO

Diretoria Comercial

**TATIANA RÚBIA MELO
MIRANDA**

Diretoria de Governança (Interina)